

Revelando os Custos da Guerra em Cabo Delgado

Uma Análise Abrangente dos Impactos Fiscais e Desafios Multidimensionais



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

FICHA TÉCNICA

Director: Edson Cortez

Revisão de Pares: Borges Nhamirre e Edson Cortez

Fotografia: Retirada do Unsplash

Propriedade: Centro de Integridade Pública



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Rua Fernão Melo e Castro, nº 124
Caixa postal: 3266 - Maputo - Moçambique
Tel: + 258 21 492335, Cel: +258 82 301 6391
Fax: 258 21 492340 - email: cip@cipmoz.org
Website: www.cipmoz.org



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Revelando os Custos da Guerra em Cabo Delgado

Uma Análise Abrangente dos
Impactos Fiscais e Desafios Multidimensionais

Novembro, 2023

Resumo

O conflito em curso em Cabo Delgado, Moçambique, tem causado grandes impactos humanos, sociais e económicos, afectando tanto o Estado como os seus cidadãos. Para além das violações dos direitos humanos e da deslocação de mais de um milhão de pessoas, o conflito sobrecarrega significativamente os recursos fiscais de Moçambique. O presente estudo quantifica o impacto fiscal do conflito, enfatizando o seu impacto no orçamento nacional. Através de uma análise de quebra estrutural, este estudo identifica um aumento nas despesas com segurança nacional, totalizando um valor estimado de 106,8 bilhões de MZN (1,69 bilhões de USD) de 2018 a 2022. Uma visão desagregada revela aumentos particularmente elevados nas despesas com a defesa (43,6 bilhões de MZN) e com a segurança e ordem pública (60,4 bilhões de MZN). Curiosamente, as alocações para os serviços de informações foram menos directamente afectadas, apesar da escalada da violência e dos ataques terroristas, o que indica a potencial influência de outras considerações políticas relativamente a esta rubrica de despesas. Para além das implicações fiscais, os atrasos devido ao conflito no projecto de gás *Mozambique LNG* operado pela TotalEnergies resultam numa perda estimada de 383,4 bilhões de MZN (6,06 bilhões de USD) em potenciais receitas do governo nas actuais condições de mercado. Colectivamente, estas despesas adicionais com segurança nacional relacionadas com o conflito e as receitas perdidas com o projecto de gás totalizam aproximadamente 490,2 bilhões de MZN (7,75 bilhões de USD). O estudo revela igualmente os efeitos adversos do conflito na educação. O aumento do analfabetismo induzido pelo conflito contribui para uma perda estimada de 22,7 bilhões de MZN (0,36 bilhões de USD) para o PIB regional de Cabo Delgado. As violações dos direitos humanos, incluindo a exploração sexual que afecta particularmente as mulheres, agravam ainda mais a crise. Apesar de uma ajuda internacional substancial centrada nos esforços militares, a resposta humanitária continua a ser subfinanciada. Este estudo destaca as despesas imediatas relacionadas com o conflito e os custos de oportunidade a longo prazo. Ao informar os decisores políticos sobre as repercussões multidimensionais graves e de longo alcance do conflito, este estudo constitui um recurso importante para a tomada de decisões.

1. Introdução

O conflito em Cabo Delgado, Moçambique, que começou no final de 2017, envolve uma mistura intrincada de militantes locais motivados por queixas socioeconómicas e jihadistas estrangeiros. De acordo com o *Human Rights Watch* (2023), a situação humanitária na região piorou significativamente em 2022 devido à intensificação dos ataques de um grupo ligado ao ISIS, designado localmente por Al-Shabab.¹

Conforme relatado pelo *International Crisis Group* (2023a), a situação em Cabo Delgado continua crítica.² Os actuais ataques do Estado Islâmico levaram o governo moçambicano a intensificar os esforços de contra-insurreição, apoiados por tropas do Ruanda e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), designada por SAMIM (missão da SADC em Moçambique). A SADC prolongou a sua missão por mais um ano a partir de Julho de 2023, com uma potencial retirada em 2024 ou 2025. Contudo, reconheceu que é necessário fazer mais para capacitar as forças locais. Os civis, principalmente mulheres e crianças, continuam a enfrentar riscos que vão desde a violência baseada no género, a exploração sexual e a insegurança alimentar até à deslocação forçada.^{3,4}

Mais de 4.500 pessoas foram mortas e mais de um milhão foram deslocadas, de acordo com relatórios actualizados do *International Crisis Group*. Um relatório de Agosto de 2023 do *International Crisis Group* acrescenta que os insurgentes, principalmente filiados no Estado Islâmico, têm como alvo as forças governamentais e da SADC.⁵ Paralelamente ao combate, estes militantes estão também envolvidos em interações comerciais com as comunidades locais para ganhar o seu favor, acrescentando outra camada de complexidade. As forças de segurança do governo estão implicadas em violações dos direitos humanos devido à sua resposta pesada, que se manifesta em acções como o uso excessivo da força e as detenções arbitrárias. De acordo com o *International Crisis Group* (2023b), existem níveis preocupantes de indisciplina no seio das forças de segurança, exacerbados pelo atraso no pagamento dos salários aos agentes da polícia e aos soldados. A organização relata igualmente casos de envolvimento de agentes da polícia em raptos com pedido de resgate, o que agrava ainda mais a situação em termos de segurança.

Em geral, a área continua a ser uma zona de conflito de alto risco, enfrentando desafios éticos e operacionais, uma vez que os insurgentes continuam a empregar táticas de guerrilha. Esta situação ameaça a estabilidade nacional de Moçambique num momento crucial para o desenvolvimento do gás natural e para as eleições. Dada a dinâmica da evolução do conflito, é fundamental fazer uma avaliação do impacto financeiro e social.

Neste contexto complexo, o presente documento tem como objectivo fornecer informações através da quantificação dos impactos fiscais do conflito em Cabo Delgado. A nossa análise de dados estatísticos revela que, até 2022, as mudanças nas despesas com a defesa, segurança e ordem pública resultaram em despesas adicionais de cerca de

1 Human Rights Watch (2023). “Moçambique”. Acedido a 1 de Setembro de 2023 em <https://www.hrw.org/pt/africa/mozambique>.

2 International Crisis Group (2023a). “Moçambique”. Acedido a 1 de Setembro de 2023 em <https://www.crisisgroup.org/africa/east-and-southern-africa/mozambique>.

3 CIP (2023a). “O Outro Lado da Guerra: Prostituição e Exploração Sexual de Mulheres Deslocadas em Cabo Delgado”. Acedido aos 21 de Setembro de 2023 em <https://www.cipmoz.org/pt/2023/05/29/the-other-side-of-the-war-prostitution-and-sexual-exploitation-of-displaced-women-in-cabo-delgado/>.

4 ACNUR (2023). “Cabo Delgado GBV Factsheet - June 2022”. Acedido aos 21 de Setembro de 2023 em <https://reliefweb.int/report/mozambique/cabo-delgado-gbv-factsheet-june-2022>.

5 International Crisis Group (2023b). “A actividade dos insurgentes contra as forças governamentais manteve-se elevada no distrito de Macomia, no norte da província de Cabo Delgado”. Acedido a 1 de Setembro de 2023 em <https://www.crisisgroup.org/crisiswatch/september-alerts-and-august-trends-2023#-mozambique>.

106,8 bilhões de MZN (1,69 bilhões de USD). Além disso, com os elevados preços do petróleo e gás, prevê-se que o Estado perca cerca de 383,4 bilhões de MZN (6,06 bilhões de USD) em receitas públicas devido ao adiamento do projecto de gás Mozambique LNG. Em suma, estas despesas adicionais induzidas pelo conflito e as receitas públicas não realizadas aproximam-se de 490,2 bilhões de MZN (7,75 bilhões de USD). Este montante significa um aumento substancial em comparação com uma estimativa anterior do CIP (2021a), que - usando uma metodologia diferente - calculou o impacto fiscal da guerra em 64,17 bilhões de MZN (1,01 bilhões de USD) até 2020.⁶

Além disso, o tecido social da região está a deteriorar-se, com Cabo Delgado a destacar-se como a única província em Moçambique a testemunhar um declínio nas taxas de alfabetização desde o início do conflito. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE), registou-se um aumento alarmante de 8,7% na taxa de analfabetismo entre 2020 e 2022^{7,8}. Estimamos que este impacto educacional possa resultar num declínio relativo do PIB de Cabo Delgado de até 22,7 bilhões de MZN (0,36 bilhões de USD).

A compreensão destes custos multifacetados fornece informações essenciais a uma série de intervenientes, desde os decisores políticos às organizações internacionais, à medida que estes navegam pelas complexidades do conflito e procuram estratégias eficazes de intervenção e recuperação.

Após esta introdução (secção 1), o resto do documento está organizado da seguinte forma. A Secção 2 examina a evolução das despesas com a defesa, segurança e ordem pública. A Secção 3 destaca as mudanças nas despesas com a educação. A Secção 4 demonstra as perdas financeiras incorridas devido ao atraso do projecto de gás Mozambique LNG, operado pela TotalEnergies. A Secção 5 destaca os impactos induzidos pelos conflitos nas mulheres. A análise e as constatações são sintetizadas na Secção 6. Finalmente, a Secção 7 apresenta um conjunto de recomendações políticas específicas para enfrentar os desafios multidimensionais decorrentes do conflito.

2. Evolução das despesas com segurança nacional

2.1 Modelo de regressão

Para identificar as mudanças estruturais nos padrões de despesa com segurança nacional (defesa e segurança), utilizamos dados da Conta Geral do Estado (CGE) do Ministério da Economia e Finanças (MEF) de 2012 a 2022.⁹ Estimámos a seguinte equação utilizando os Mínimos Quadrados Ordinários (MQO):

$$Despesas_{it} = \alpha + \beta X_{it} + \mu_{it} \quad (1)$$

Os subscritos i e t indicam o tipo de despesas e o ano, respetivamente. α é a intercepto, o vector β representa os coeficientes das variáveis em X e μ é o termo de erro. X é um vector que inclui uma variável de tendência, uma variável binária denominada “*Pós-2018*” (que assume o valor 1 se o ano for 2018 ou posterior e 0 caso contrário) e

6 CIP (2021a). “Controlo Externo da Despesa de Defesa e Segurança: Quanto e como gasta o Estado com a guerra de Cabo Delgado?”. Acedido a 21 de Setembro de 2023 em <https://www.cipmoz.org/pt/2021/08/10/controlo-externo-da-despesa-de-defesa-e-seguranca-quanto-e-como-gasta-o-estado-com-a-guerra-de-cabo-delgado/>.

7 Instituto Nacional de Estatística (2021). “Inquérito Sobre Orçamento Familiar - IOF 2019/20”. Setembro de 2021. Relatório Final.

8 Instituto Nacional de Estatística (2023a). “Inquérito Sobre Orçamento Familiar - IOF 2022”. Julho de 2022. Relatório Final.

9 Ministério da Economia e Finanças (MEF). “Conta Geral do Estado (CGE)”. Acedido aos 29 de Agosto de 2023 em <https://www.mef.gov.mz/>.

uma variável de interação entre as duas últimas variáveis. A variável “*Pós-2018*” é incorporada para ter em conta as ramificações do conflito que eclodiu no final de 2017, porque o primeiro ano fiscal a ser totalmente afectado por este conflito é 2018. Por último, *X* inclui também uma variável binária para o ano de 2014, para ter em conta as eleições presidenciais desse ano. Esta variável tem como objectivo captar potenciais variações na despesa pública devido às eleições. Para verificações de robustez, utilizámos também um modelo Média Móvel Integrada Auto Regressiva (ARIMA) para captar a potencial não-estacionariedade e auto-correlação nos dados.

Na nossa investigação, o nosso primeiro objectivo é estimar as alterações induzidas pelo conflito nas despesas totais com segurança nacional. Esta análise global fornece uma visão macroscópica do impacto financeiro do conflito no orçamento da segurança nacional como um todo. Depois de compreendermos as alterações totais nas despesas com segurança nacional, passamos a uma análise mais pormenorizada. Especificamente, dividimos as despesas totais nas suas categorias constituintes: defesa, segurança e ordem pública e informações. Ao fazê-lo, pretendemos identificar com precisão a origem das mudanças mais significativas.

2.1 Mudanças estruturais nas despesas com segurança nacional

A Tabela 1 mostra os resultados da estimativa para as despesas totais com segurança nacional, aqui definidas como despesas de defesa, segurança e ordem pública e inteligência. Em 2014, que coincidiu com as eleições presidenciais, a nossa regressão detectou um aumento considerável nas despesas com segurança nacional de Moçambique. Este aumento é quantificado por um coeficiente estatisticamente significativo de 19.509 milhões de MZN, como mostra a coluna (1) da Tabela 1. Isto significa que foram gastos mais 19.509 milhões de MZN em despesas com segurança nacional no ano de 2014 do que o esperado. Esta constatação sublinha a possível influência dos ciclos eleitorais no orçamento de segurança nacional de Moçambique.

Tabela 1 Regressões para as despesas com segurança nacional (total)

	(1)	(2)	(3)	(4)
	OLS milhões de MZN	ARIMA milhões de MZN	OLS %	ARIMA %
Variável dependente:	Segurança Nacional (total)		Proporção de Segurança Nacional (total) sobre Despesas Totais	
<i>Constante</i>	12915***	12915***	10.19***	10,19***
<i>Ano 2014</i>	19509***	19506***	6.63***	6.63***
<i>Tendência</i>	2940***	2940***	0,45	0.45**
<i>Pós-2018</i>	-51369***	-51369***	-7,89*	-7,89***
<i>Tendência x Pós-2018</i>	8081***	8081***	1,20**	1,20***
Estatística <i>F</i> para teste de hipótese conjunto: <i>Pós-2018 = 0, Tendência x Pós-2018 = 0</i>	72,61***		11.32***	
Mudança acumulada estimada em despesas:	106792		55106	

Notas: Códigos de significância: *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,10$. As estimativas estatísticas utilizam dados de 2012 a 2022. O critério de informação de Akaike (AIC) é utilizado para seleccionar a ordem autorregressiva (AR), o grau de diferenciação (I) e a ordem de média móvel (MA) dos modelos autorregressivos de médias móveis (ARIMA).

Antes do surgimento do conflito em Cabo Delgado, o modelo revelou um aumento constante, ano após ano, nas despesas gerais de segurança nacional de 2.940 milhões de MZN, apontando para uma tendência já crescente

antes de 2018. Contudo, após 2018, a taxa de crescimento anual da segurança nacional aumentou drasticamente. Especificamente, a taxa de aumento anual das despesas totais de segurança nacional desde 2018 aumentou em mais 8.081 milhões de MZN em comparação com a taxa antes do conflito (estatisticamente altamente significativa).¹⁰ Por outras palavras, desde 2018, o aumento anual das despesas com segurança nacional subiu em mais 8.081 milhões de MZN, para além da tendência já crescente. Esta divergência pode ser visualizada comparando as tendências das despesas com segurança nacional antes de 2018 (linha azul) e depois de 2018 (linha verde) na Figura 1.

A análise comparativa entre as despesas nominais projectadas sem mudanças estruturais e as despesas reais de 2018 a 2022 sugere um aumento agregado de aproximadamente 106,8 bilhões de MZN atribuível ao conflito (ver última linha da coluna (1) da Tabela 1). Este aumento acentuado das despesas é crucial para compreender as implicações financeiras do actual conflito no orçamento de segurança nacional de Moçambique.¹¹

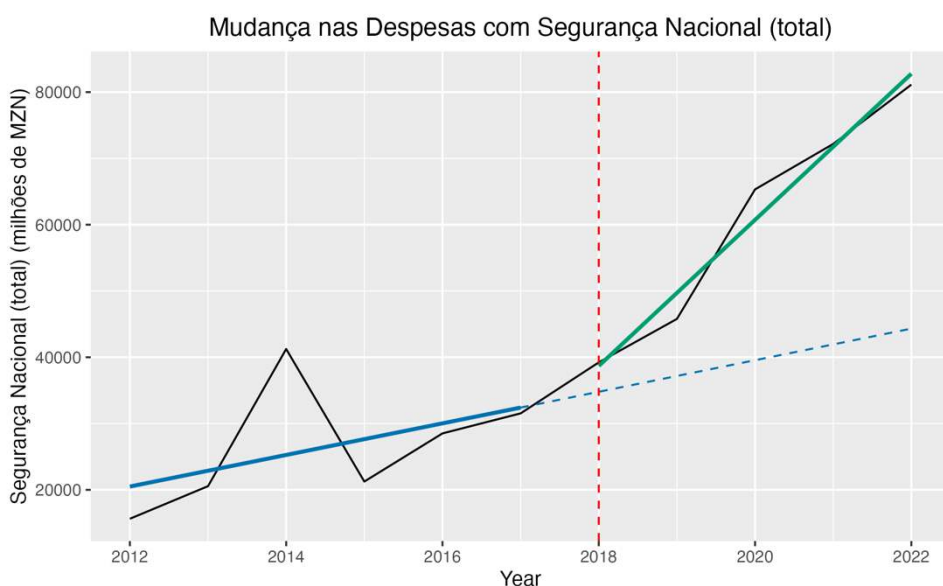


Figura 1 Despesas com Segurança Nacional (total) de 2012 a 2022 (em milhões de MZN)

Em termos relativos, desde 2018, a tendência da percentagem das despesas com segurança nacional em relação ao total das despesas públicas também acelerou em mais 1,20% ao ano, conforme indicado pelo coeficiente ‘Tendência x Post-2018’ apresentado na coluna (3) da Tabela 1. Este aumento relativo da alocação orçamental para as despesas com segurança nacional é apresentado na figura 2.

10 Um teste de Chow valida as nossas constatações de regressão de uma quebra estrutural apresentadas na Tabela 1, contrastando a soma dos resíduos ao quadrado de regressões individuais realizadas para os períodos antes e depois de 2018 com as de uma única regressão que abrange todo o período de tempo. Rejeitamos a hipótese nula do teste de Chow, que postula que os parâmetros para estes períodos segmentados são os mesmos (estatística F de 19,18).

11 Na Figura 1, o aumento da despesa total após o ano de 2018 é visualmente representado pela área do trapézio formado pela ligação da linha verde sólida, da linha vermelha tracejada e da linha azul tracejada.

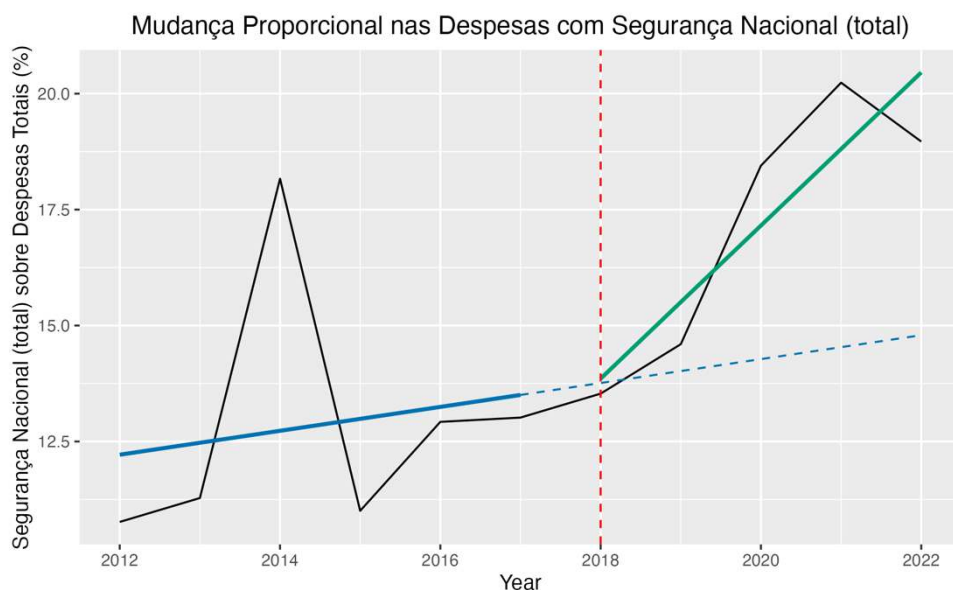


Figura 2 Despesas com segurança nacional (total) de 2012 a 2022 (como proporção das despesas totais)

2.2 Mudanças estruturais nas despesas com defesa

Nesta secção, demonstramos as mudanças estruturais nas despesas com a defesa. A Tabela 2 mostra as estimativas para as despesas gerais da defesa, bem como as despesas para os subgrupos das forças armadas, Ministério da Defesa e outras despesas da defesa. No ano eleitoral de 2014, a nossa análise de regressão detectou um aumento significativo nas despesas de defesa de Moçambique. As despesas adicionais com a defesa em 2014 ascendem a 16.545 milhões de MZN (estatisticamente significativo, conforme evidenciado na coluna (1) do Painel A da Tabela 2). Este facto realça a influência notável dos ciclos eleitorais no orçamento de defesa do país.

Após a eclosão do conflito em Cabo Delgado, as estimativas revelaram uma mudança importante. O coeficiente para a variável de interação *'Tendência x Pós-2018'* é positivo e estatisticamente significativo, situando-se em 3.186 milhões de MZN na coluna (1). Isto demonstra que, desde 2018, a taxa de despesas anuais com a defesa tem vindo a aumentar em mais 3.186 milhões de MZN por ano (ou em mais 0,58% por ano como proporção das despesas totais) (ver também a Figura 3).

A análise comparativa sugere que a eclosão do conflito causou uma mudança acumulada estimada nas despesas com a defesa de aproximadamente 43.604 milhões de MZN até 2022 (conforme indicado no Painel A da Tabela 2).

Tabela 2 Regressões para as despesas com a defesa

	(1)	(2)	(3)	(4)
	OLS	ARIMA	OLS	ARIMA
	milhões de MZN	milhões de MZN	%	%
Painel A				
Variável dependente:	Defesa (total)		Proporção da Defesa (total) sobre Despesas Totais	
<i>Constante</i>	3911**	4621***	3,02***	3,32***
<i>Ano 2014</i>	16545***	15098***	6,73***	6,02***
<i>Tendência</i>	687	569***	0,06	0,01
<i>Pós-2018</i>	-19950***	-21511***	-3,46*	-4,36***
<i>Tendência x Pós-2018</i>	3186***	3407***	0,58**	0,71***
Estatística <i>F</i> para teste de hipótese conjunto: <i>Pós-2018 = 0, Tendência x Pós-2018 = 0</i>	32,70***		9,32**	
Mudança acumulada estimada em despesas:	43604		32451	
Painel B				
Variável dependente:	Forças Armadas		Proporção das Forças Armadas sobre Despesas Totais	
<i>Constante</i>	1921	1900*	1,69***	1,69***
<i>Ano 2014</i>	779	39	-0,01	-0,01
<i>Tendência</i>	755	817***	0,17	0,17**
<i>Pós-2018</i>	-15347**	-14698***	-2,27	-2,27**
<i>Tendência x Pós-2018</i>	2207**	2043***	0,31	0,31**
Estatística <i>F</i> para teste de hipótese conjunto: <i>Pós-2018 = 0, Tendência x Pós-2018 = 0</i>	13,48***		6,72**	
Mudança acumulada estimada em despesas:	22582		9298	
Painel C				
Variável dependente:	Ministério da Defesa		Proporção do Ministério da Defesa sobre Despesas Totais	
<i>Constante</i>	420**	420	0,31***	0,29***
<i>Ano 2014</i>	30	30	-0,04	-0,04***
<i>Tendência</i>	27	27	-0,01	-0,01***
<i>Pós-2018</i>	-252	-252	-0,09	-0,06***
<i>Tendência x Pós-2018</i>	27	27	0,01	0,00
Estatística <i>F</i> para teste de hipótese conjunto: <i>Pós-2018 = 0, Tendência x Pós-2018 = 0</i>	2,35		1,62	
Mudança acumulada estimada em despesas:	-36		-347	
Painel D				
Variável dependente:	Outra Defesa		Proporção de Outra Defesa sobre Despesas Totais	
<i>Constante</i>	1569	1569	1,03*	1,03**
<i>Ano 2014</i>	15735***	16271***	6,78***	6,78***
<i>Tendência</i>	-95	249*	-0,10	-0,10
<i>Pós-2018</i>	-4350	-2780	-1,10	-1,10
<i>Tendência x Pós-2018</i>	951	607	0,27	0,27*
Estatística <i>F</i> para teste de hipótese conjunto: <i>Pós-2018 = 0, Tendência x Pós-2018 = 0</i>	1,38		0,91	
Mudança acumulada estimada em despesas:	21057		23499	

Notas: Códigos de significância: *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,10$. As estimativas estatísticas utilizam dados de 2012 a 2022. O critério de informação de Akaike (AIC) é utilizado para selecionar a ordem autorregressiva (AR), o grau de diferenciação (I) e a ordem de média móvel (MA) dos modelos autorregressivos de médias móveis (ARIMA).

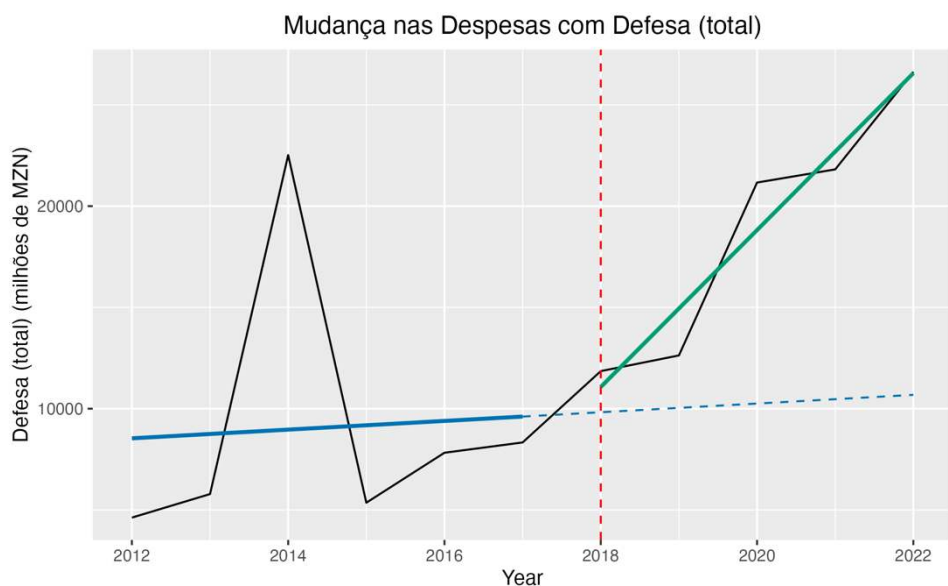


Figura 3 Despesas com defesa (total) de 2012 a 2022 (em milhões de MZN)

Se efectuarmos uma análise por subgrupo das despesas com a defesa, encontramos o maior aumento nas despesas com as forças armadas. Antes de 2018, havia apenas uma pequena tendência de aumento, estatisticamente insignificante, nas despesas com as forças armadas. Contudo, as despesas aumentaram substancialmente, sobretudo a partir de 2020. O coeficiente para '*Tendência x Pós-2018*' na coluna (1) do Painel B da Tabela 2 é estatisticamente significativo em 2.207 milhões de MZN. Isto indica que as despesas com as forças armadas têm vindo a aumentar a um ritmo mais rápido desde o ano de 2018, correspondendo a 0,31% por ano como proporção das despesas totais. Contudo, parece que o governo pode ter reagido com algum atraso à eclosão do conflito, uma vez que a maior parte deste aumento pode ser atribuída principalmente a despesas mais elevadas nos anos de 2020 a 2022, conforme ilustrado na Figura 4. A nossa análise comparativa sugere uma estimativa de despesas adicionais acumuladas nas forças armadas de aproximadamente 22.582 milhões de MZN de 2018 a 2022 (ver Painel B da Tabela 2).

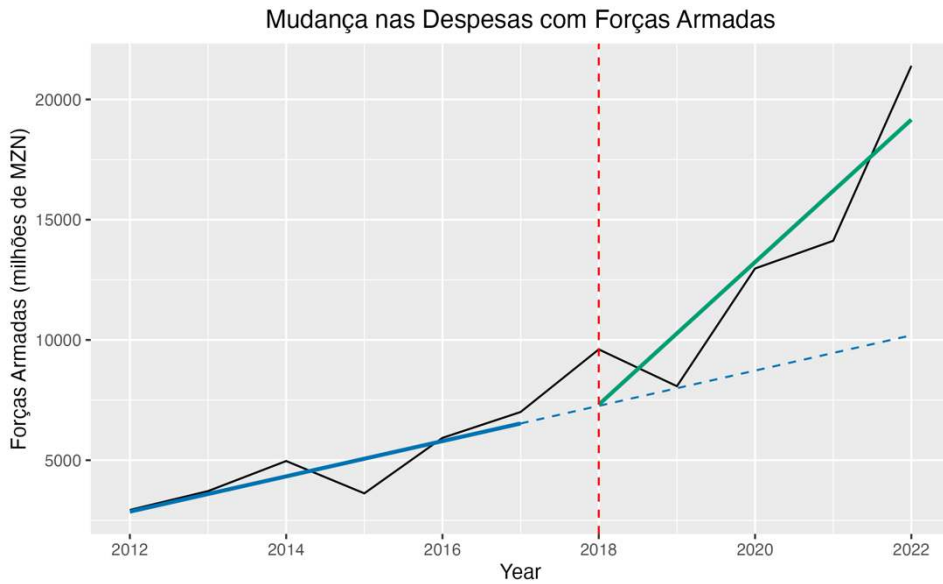


Figura 4 Despesas das Forças Armadas de 2012 a 2022 (em milhões de MZN)

No caso das despesas do Ministério da Defesa de Moçambique, a nossa análise de regressões revela, na sua maioria, alterações estatisticamente insignificantes devido à elevada variabilidade desta rubrica orçamental (ver Painel C). A resposta financeira mista e o aumento notavelmente tardio das despesas apenas em 2022 (como observado na Figura 5), podem sugerir a falta de uma estratégia ou orientação clara e coerente na alocação de recursos ao Ministério da Defesa.

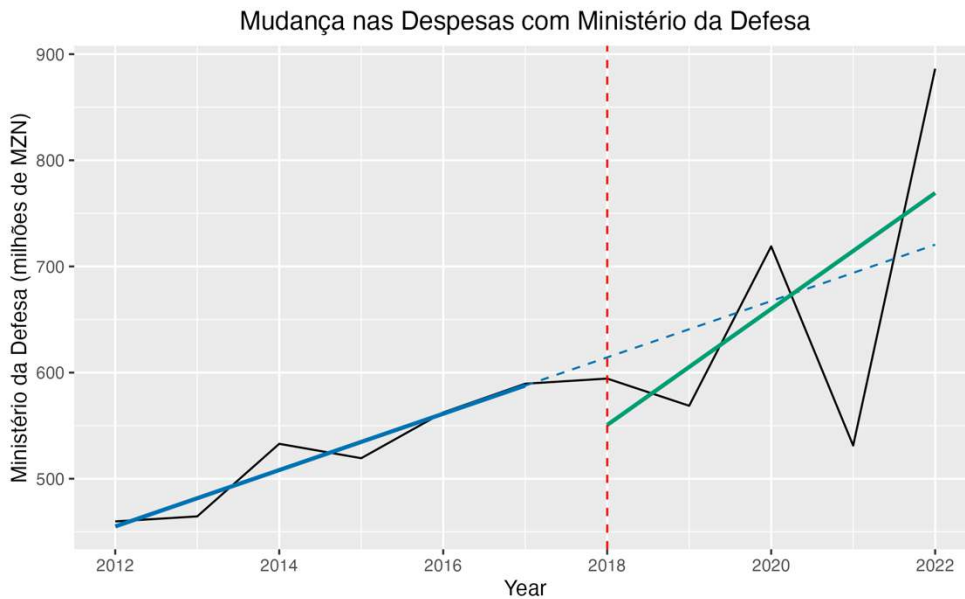


Figura 5 Despesas do Ministério da Defesa de 2012 a 2022 (em milhões de MZN)

No caso das restantes despesas com a defesa (por exemplo, *Instituto Superior de Estudos de Defesa, Hospital Militar de Maputo, Conselho Nacional de Defesa e Segurança, Casa Militar, Academia Militar Marechal Samora*

Machel), observam-se padrões mistos (ver Figura 6). O ano de 2014, que coincidiu com as eleições presidenciais, registou um aumento na categoria orçamental “outras despesas de defesa” em 15.735 milhões de MZN (consultar a coluna (1) do Painel D da Tabela 2). Depois de 2018, o quadro é mais matizado. A variação acumulada estimada em outras despesas de defesa desde 2018 é de aproximadamente 21.057 milhões de MZN. Contudo, a variável de interação “*Tendência x Pós-2018*” não atinge significância estatística. A variabilidade dos dados relativos a esta rubrica orçamental limita a força de quaisquer conclusões que possam ser tiradas sobre a taxa de outras despesas de defesa desde 2018.

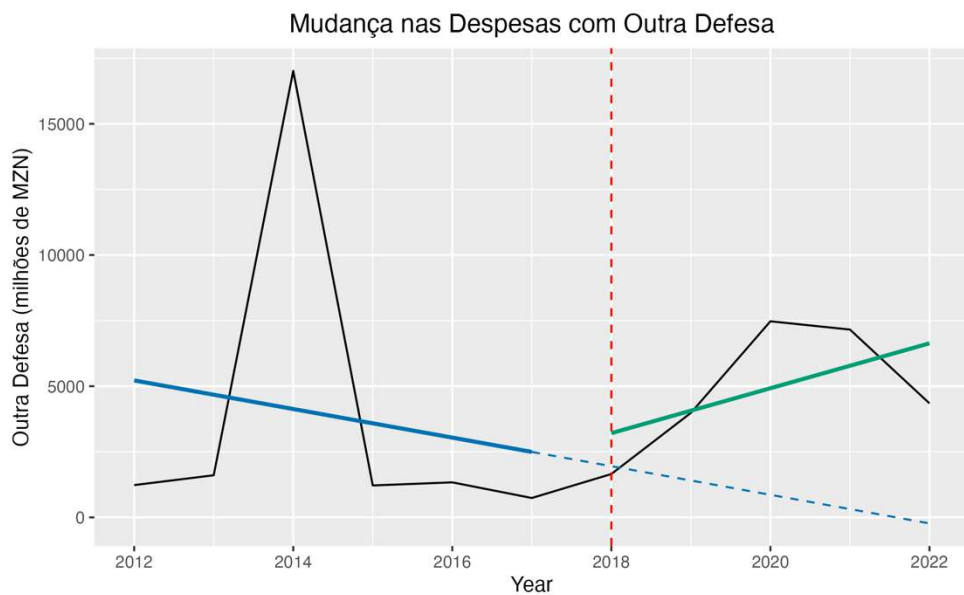


Figura 6 Outras despesas com defesa de 2012 a 2022 (em milhões de MZN)

2.3 Mudanças estruturais nas despesas com segurança e ordem pública

Nesta secção, tentamos revelar as mudanças estruturais nas despesas com segurança e ordem pública. A análise de regressão na Tabela 3 mostra as mudanças nas tendências fiscais no sector de segurança e ordem pública de Moçambique antes e depois do conflito. Antes de 2018, os nossos dados mostram um aumento anual estatisticamente significativo nas despesas de 2.030 milhões de MZN. Contudo, esta trajetória ascendente tornou-se mais pronunciada após 2018. As despesas neste sector aumentaram em mais 4.772 milhões de MZN (ou 0,35% como proporção das despesas totais) por ano desde 2018 (ver Painel A do Quadro 3 e comparar o aumento das despesas desde 2018 ilustrado na Figura 7). Este crescimento acelerado pós-conflito é digno de nota. A mudança cumulativa estimada nas despesas com segurança e ordem pública após a insurreição é substancial, aproximando-se de 60.396 milhões de MZN. Este facto evidencia as reafecções significativas no orçamento para a segurança e ordem pública desde o início do conflito.

Tabela 3 Regressões para despesas com segurança e ordem pública

	(1)	(2)	(3)	(4)
	OLS	ARIMA	OLS	ARIMA
	milhões de MZN	milhões de MZN	%	%
Painel A				
Variável dependente:	Segurança e Ordem Pública (total)		Proporção da Segurança e Ordem Pública (total) sobre Despesas Totais	
	Heading 1			
<i>Constante</i>	8294***	8294***	6,58***	6,58***
<i>Ano 2014</i>	2722	2722	-0,08	-0,08
<i>Tendência</i>	2030***	2030***	0,35*	0,35***
<i>Pós-2018</i>	-30872***	-30872***	-4,62*	-4,62***
<i>Tendência x Pós-2018</i>	4772***	4772***	0,65*	0,65***
Estatística <i>F</i> para teste de hipótese conjunto: <i>Pós-2018 = 0, Tendência x Pós-2018 = 0</i>	105,0***		11,24***	
Mudança acumulada estimada em despesas:	60396		23765	
Painel B				
Variável dependente:	Ministério do Interior		Proporção do Ministério do Interior sobre Despesas Totais	
<i>Constante</i>	2874	.	2.47**	2.47***
<i>Ano 2014</i>	756	1737	-0,19	-0,19
<i>Tendência</i>	1127	1758***	0,27	0,27
<i>Pós-2018</i>	4269	7143	2,54	2,54
<i>Tendência x Pós-2018</i>	-190	-821	-0,32	-0,32
Estatística <i>F</i> para teste de hipótese conjunto: <i>Pós-2018 = 0, Tendência x Pós-2018 = 0</i>	1,42		0,65	
Mudança acumulada estimada em despesas:	12807		-7464	
Painel C				
Variável dependente:	Polícia (PRM)		Proporção da Polícia (PRM) sobre Despesas Totais	
<i>Constante</i>	409	.	0,31	.
<i>Ano 2014</i>	85	224	-0,02	0,09
<i>Tendência</i>	55	145	0,00	0,07
<i>Pós-2018</i>	-22246**	-21837***	-4,96*	-4,65***
<i>Tendência x Pós-2018</i>	2923**	2834***	0,66*	0,59***
Estatística <i>F</i> para teste de hipótese conjunto: <i>Pós-2018 = 0, Tendência x Pós-2018 = 0</i>	4,99*		4,71*	
Mudança acumulada estimada em despesas:	20346		19124	
Painel D				
Variável dependente:	Outra Segurança e Ordem Pública		Proporção de Outra Segurança e Ordem Pública sobre Despesas Totais	
<i>Constante</i>	5011**	5011***	3.80***	3,80***
<i>Ano 2014</i>	1881	1881*	0,13	0,13
<i>Tendência</i>	847**	847***	0,08	0,08
<i>Pós-2018</i>	-12895**	-12895***	-2,21	-2,21**
<i>Tendência x Pós-2018</i>	2038**	2038***	0,32	0,32**
Estatística <i>F</i> para teste de hipótese conjunto: <i>Pós-2018 = 0, Tendência x Pós-2018 = 0</i>	24,61***		3,84*	
Mudança acumulada estimada em despesas:	27243		12106	

Notas: Códigos de significância: *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,10$. As estimativas estatísticas utilizam dados de 2012 a 2022. O critério de informação de Akaike (AIC) é utilizado para selecionar a ordem autorregressiva (AR), o grau de diferenciação (I) e a ordem de média móvel (MA) dos modelos autorregressivos de médias móveis (ARIMA).

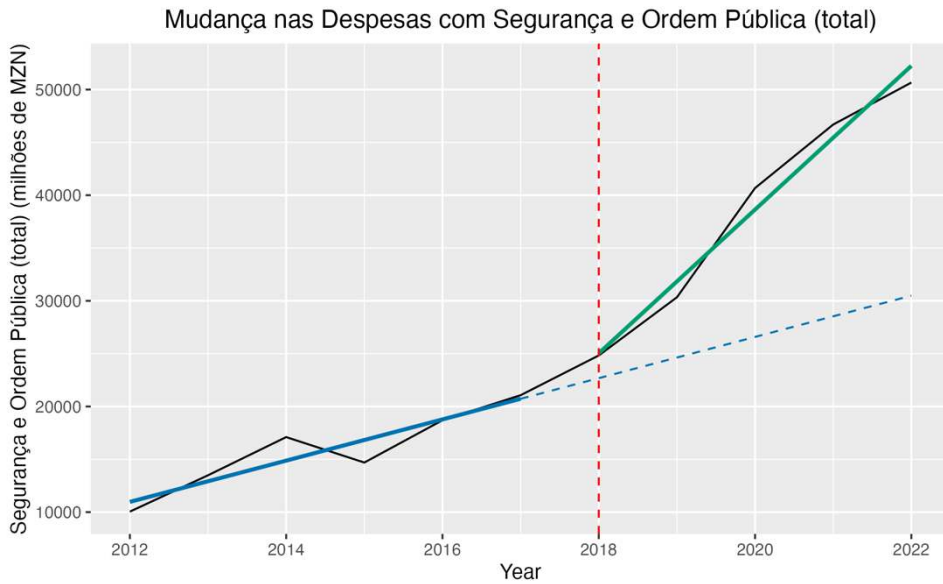


Figura 7 Despesas com segurança e Ordem Pública de 2012 a 2022 (em milhões de MZN)

Embora as despesas totais com a segurança e a ordem pública tenham aumentado significativamente, as despesas do Ministério do Interior não apresentam provas estatísticas de uma forte mudança nos padrões de despesa antes e depois de 2018 (conforme mostra o Painel B da Tabela 3). As despesas já estavam a aumentar antes do conflito e continuaram a aumentar após o conflito. A variação cumulativa estimada das despesas desde 2018 ascende a aproximadamente 12 807 milhões de MZN (comparar também Figura 8).¹²

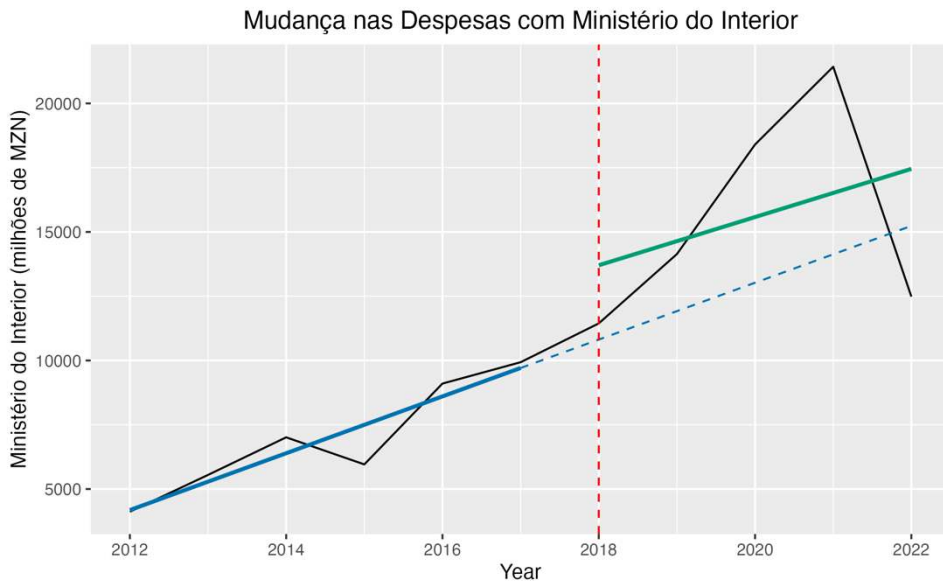


Figura 8 Despesas do Ministério do Interior de 2012 a 2022 (em milhões de MZN)

No caso das despesas com a Polícia da República de Moçambique (PRM), não se registaram tendências estatística-

¹² A interpretação destes resultados deve ser feita com alguma prudência, dada a elevada variabilidade dos dados relativos às despesas do Ministério do Interior.

mente significativas nas despesas antes do início do conflito (ver Painel C da Tabela 3 e comparar Figura 9). Contudo, foi observado um aumento notável na taxa de despesas anuais com a PRM a partir de 2018. Especificamente, a despesa anual com a PRM aumentou em mais 2.923 milhões de MZN por ano (0,66% por ano como percentagem da despesa total). Estas conclusões sugerem que houve uma mudança substancial na alocação de recursos à polícia após as insurreições. A mudança acumulada estimada nas despesas devido a esta mudança estrutural é considerável, ascendendo a 20.346 milhões de MZN.

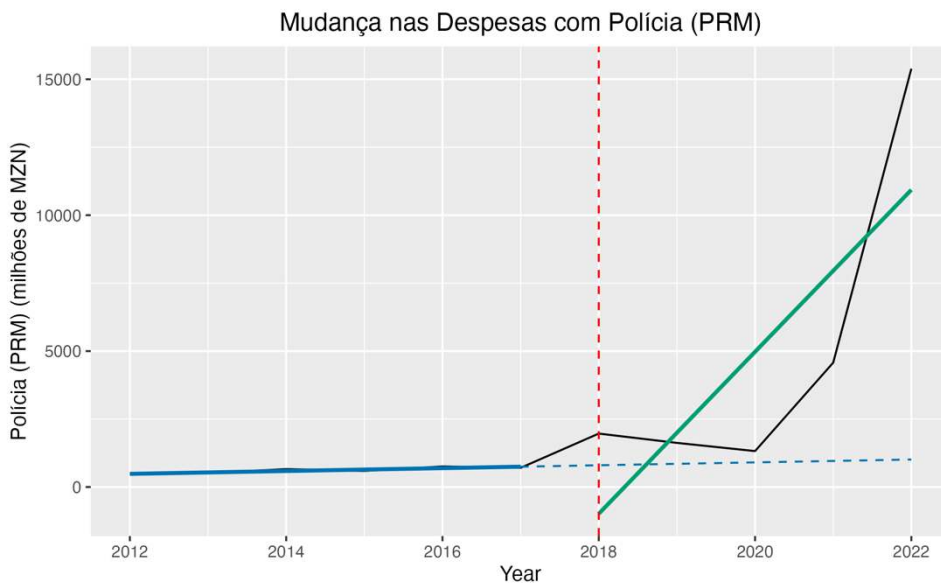


Figura 9 Despesas da Polícia (PRM) de 2012 a 2022 (em milhões de MZN)

O gráfico 10 ilustra a mudança estrutural nas despesas com outras despesas com segurança e ordem pública antes e depois do ano crucial de 2018 (compare também o Painel D da Tabela 3). Antes de 2018, havia uma trajetória ascendente nas despesas, aumentando anualmente em 847 milhões de MZN. Contudo, desde 2018, esta trajetória intensificou-se. Os resultados da regressão demonstram que outras despesas com segurança e ordem pública aumentaram, em média, em mais 2.038 milhões de MZN anualmente desde o conflito. Consequentemente, a mudança cumulativa estimada nas despesas atribuíveis a estas mudanças estruturais é notavelmente substancial, totalizando aproximadamente 27.243 milhões de MZN em cinco anos.

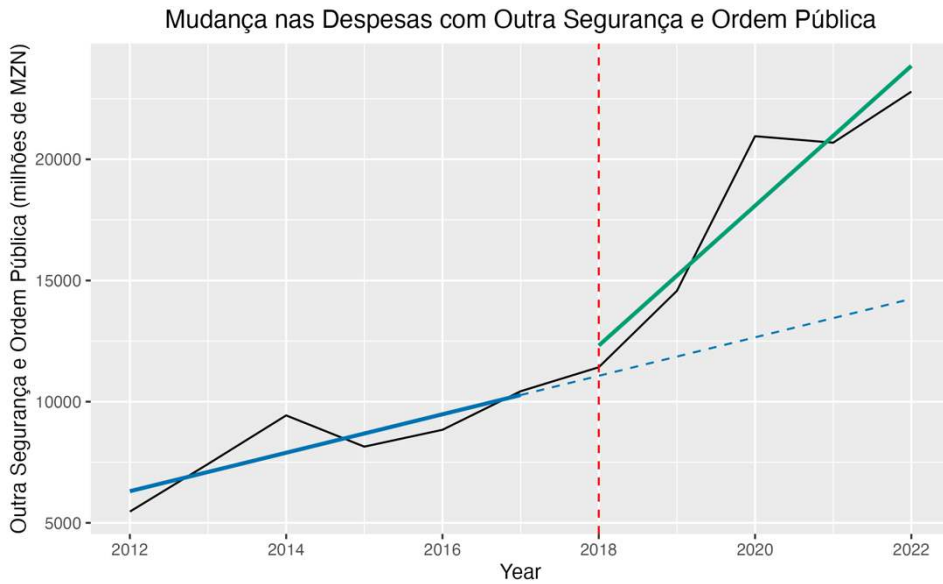


Figura 10 Outras Despesas com segurança e Ordem Pública de 2012 a 2022 (em milhões de MZN)

2.4 Alocação insuficiente do Serviço de Inteligência em Cabo Delgado?

Enquanto outros sectores relacionados com a segurança nacional registaram mudanças substanciais no financiamento devido à eclosão do conflito, as despesas com o Serviço de Inteligência de Moçambique e a Agência de Segurança do Estado (SISE) seguiram uma trajetória diferente (ver Figura 11 e Tabela 4). Antes do conflito, as despesas com os serviços de informação já estavam a aumentar em cerca de 223 milhões de MZN por ano. Após o início do conflito, a taxa de crescimento das despesas nominais com os serviços de informações aumentou apenas ligeiramente e acumulou uma despesa adicional estimada em 2.792 milhões de MZN. Curiosamente, a proporção do total das despesas afectadas aos serviços de informações manteve-se praticamente constante. Dado o aumento dos ataques terroristas, poder-se-ia esperar um aumento mais substancial das despesas neste sector. Os resultados sugerem que os principais factores de despesa nos serviços de informação não estão apenas relacionados com o conflito de Cabo Delgado, mas podem ser influenciados por interesses e agendas políticas mais amplas.

Tabela 4 Regressões para despesas com serviços de inteligência e segurança do Estado (SISE)

	(1)	(2)	(3)	(4)
	OLS milhões de MZN	ARIMA milhões de MZN	OLS %	ARIMA %
Variável dependente:	SISE		Proporção do SISE sobre Despesas Totais	
Constante	710**	710***	0,59***	0,53***
Ano 2014	242	242	-0,01	0,07
Tendência	223***	223***	0,04*	0,05***
Pós-2018	-548	-548	0,19	0,35
Tendência x Pós-2018	123	123*	-0,03	-0,04
Estatística F para teste de hipótese conjunto: Pós-2018 = 0, Tendência x Pós-2018 = 0	21,15***		5,95**	
Mudança acumulada estimada em despesas:	2792		-1109	

Notas: Códigos de significância: *** p < 0,01, ** p < 0,05, * p < 0,10. As estimativas estatísticas utilizam dados de 2012 a 2022. O critério de informação de Akaike (AIC) é utilizado para selecionar a ordem autorregressiva (AR), o grau de diferenciação (I) e a ordem de média móvel (MA) dos modelos autorregressivos de médias móveis (ARIMA).

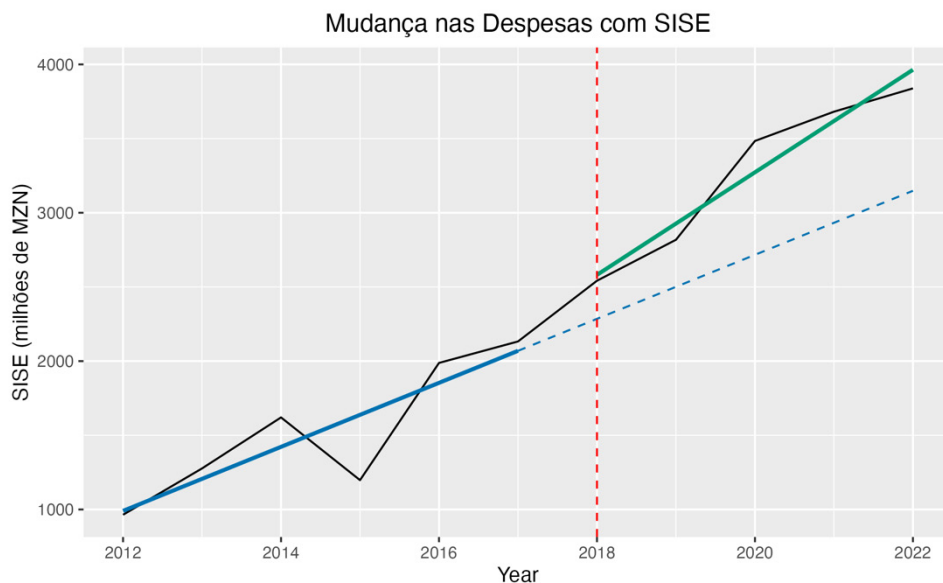


Figura 11 Despesas com os Serviços de Inteligência e Segurança do Estado (SISE) de 2012 a 2022 (em milhões de MZN)

3. Mudança nas despesas com educação que afectam os mais vulneráveis

3.1 Mudanças estruturais nas despesas com a educação

Antes do início do conflito, as despesas com a educação estavam numa trajetória ascendente constante, em termos nominais e relativos. Embora um olhar rápido sobre os valores nominais sugira que a guerra em Cabo Delgado teve um impacto mínimo na despesa com a educação (ver Figura 12 e a coluna (1) da Tabela 5), uma análise mais matizada revela uma história diferente.

Tabela 5 Regressões para despesas com educação

	(1) OLS milhões de MZN	(2) ARIMA milhões de MZN	(3) OLS %	(4) ARIMA %
Variável dependente:	Educação		Proporção da Educação sobre Despesas Totais	
<i>Constante</i>	21880***	21880***	17,13***	16,75***
<i>Ano 2014</i>	1088	1088	-2,80**	-2,82***
<i>Tendência</i>	4554***	4554***	0,60**	0,68***
<i>Pós-2018</i>	-5596	-5596**	2,15	1,74***
<i>Tendência x Pós-2018</i>	623	623*	-0,73**	-0,72***
Estatística <i>F</i> para teste de hipótese conjunto: <i>Pós-2018 = 0, Tendência x Pós-2018 = 0</i>	246,93***		5,95**	
Mudança acumulada estimada em despesas:	72		-80019	

Notas: Códigos de significância: *** $p < 0,01$, ** $p < 0,05$, * $p < 0,10$. As estimativas estatísticas utilizam dados de 2012 a 2022. O critério de informação de Akaike (AIC) é utilizado para selecionar a ordem autorregressiva (AR), o grau de diferenciação (I) e a ordem de média móvel (MA) dos modelos autorregressivos de médias móveis (ARIMA).

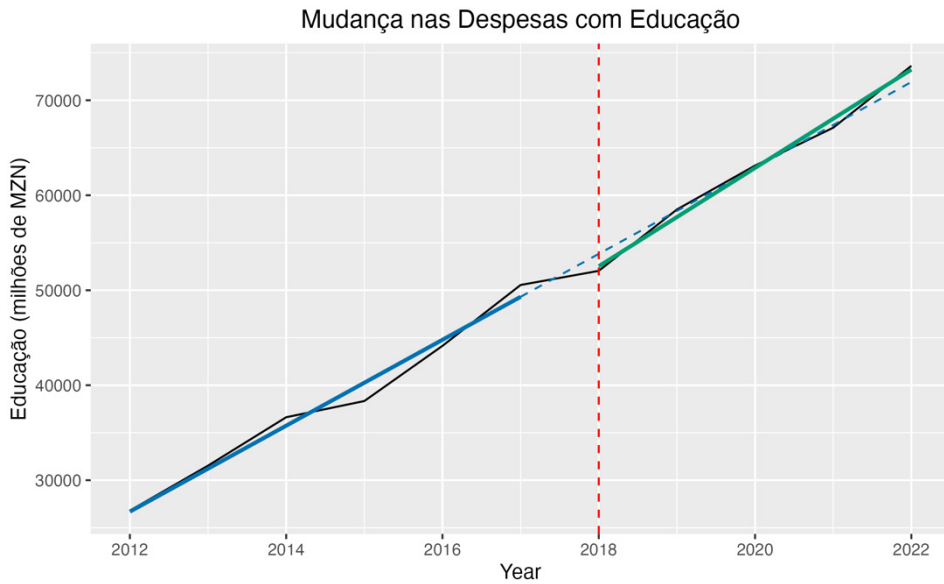


Figure 12 Despesas com Educação de 2012 a 2022 (em milhões de MZN)

Desde a escalada do conflito, a proporção do financiamento atribuído à educação como parte da despesa total sofreu um declínio relativo discernível (ver Figura 13 e os coeficientes significativos e negativos sobre o termo de interação na coluna (3) da Tabela 5). Se a tendência de crescimento anterior a 2018 na alocação orçamental proporcional para a educação tivesse persistido até 2022, teriam sido investidos mais 80 bilhões de MZN na educação de 2018 a 2022. Isto sublinha que, em relação aos anos anteriores, o investimento na educação tem estado numa trajetória decrescente.¹³

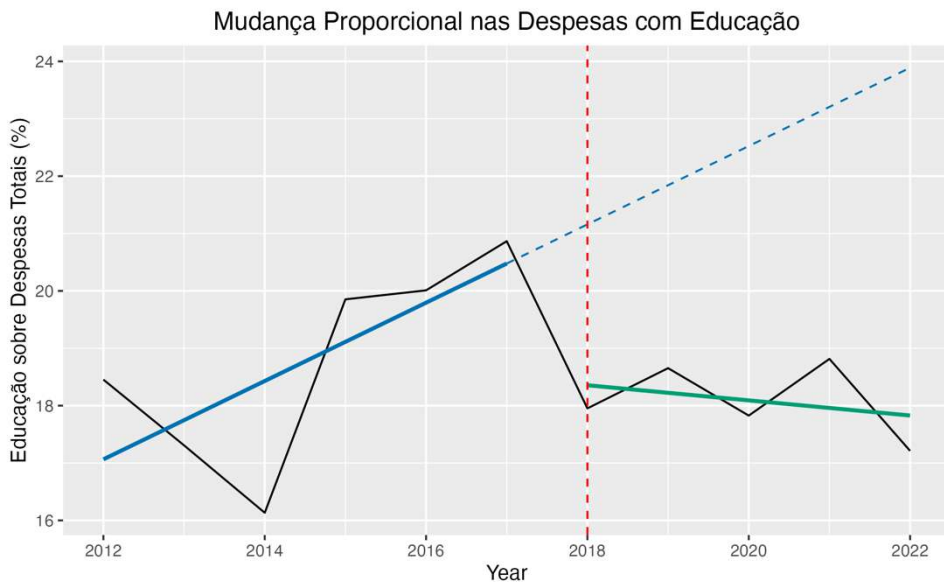


Figure 13 Despesas com Educação de 2012 a 2022 (como proporção das despesas totais)

13 Uma especificação de regressão que utiliza o logaritmo das despesas com educação como variável dependente corrobora uma mudança decrescente nas despesas relativas com educação. Especificamente, a taxa de crescimento anual da despesa nominal com educação tem vindo a diminuir cerca de 3,9% por ano desde 2018.

Este sub-investimento na educação torna-se ainda mais evidente quando se considera a política eleitoral. No ano eleitoral de 2014, a proporção da despesa com educação em relação à despesa total ficou 2,8% abaixo da despesa projectada, um desvio que é estatisticamente significativo (ver a inflexão no ano de 2014 na Figura 13 e estimativas na coluna (3) da Tabela 5).

3.2 Custos económicos do aumento do analfabetismo em Cabo Delgado

A erosão das oportunidades de educação devido ao conflito em curso em Cabo Delgado tem implicações de grande alcance, lançando uma longa sombra sobre o futuro da região. Com muitas escolas fechadas ou destruídas, milhares de crianças estão privadas do seu direito fundamental à educação. Este facto não só compromete as suas perspectivas, como também perpetua ciclos de pobreza e marginalização. Nomeadamente, Cabo Delgado destaca-se como a única província em Moçambique a testemunhar um declínio nas taxas de alfabetização desde o início do conflito. Com base nos dados do micro-censo do Instituto Nacional de Estatística (2021; 2023a), registou-se um aumento de 8,7% na taxa de analfabetismo, passando de 52,4% em 2020 para 61,1% em 2022. Especificamente, as taxas de analfabetismo para os homens aumentaram de 36,7% para 46,8%, enquanto as taxas para as mulheres aumentaram de 66,8% para 74,5%. Paralelamente, as taxas de emprego na província registaram uma redução de 6,6%, passando de 79,9% em 2020 para 73,3% em 2022.

A deterioração dos níveis de educação em Cabo Delgado acarreta não só repercussões sociais, mas também custos económicos substanciais. Kochav et al. (2015) estimam que a mudança no PIB por trabalhador em relação à educação primária é de cerca de 2,5% para os países de baixo rendimento.¹⁴ Usando este valor e o PIB regional de Cabo Delgado de 2020 (42.254 milhões de MZN), estimamos o impacto na produção económica:¹⁵

$$\Delta PIB \approx PIB_{base} \times (\Delta \text{educação} \times \text{retorno sobre educação}) \times (1 + \Delta \text{emprego}) \quad (2)$$

Por esta medida, o aumento das taxas de analfabetismo acaba por resultar num declínio relativo do PIB de Cabo Delgado de aproximadamente 8.584 milhões de MZN. Barro e Lee (2010) estimam que o retorno marginal da escolaridade na África Subsaariana é ainda maior, de 6,6%.¹⁶ Usando esta taxa de retorno sobre a educação para a região da África Subsaariana, a perda de produção esperada em Cabo Delgado ascende a cerca de 22.661 milhões de MZN. Este declínio alarmante nas oportunidades e na produção económica regional enfatiza a necessidade urgente de intervenções políticas para inverter a tendência ascendente do analfabetismo e para melhorar os resultados educacionais em toda a província.

14 Kochav, Y., Spivak A., Strawczynski M. (2017). “É o capital humano novamente: The Centrality of Higher Education in Explaining GDP per Employee”, Open Journal of Economics and Finance. Acedido a 15 de Agosto de 2023 em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2634006.

15 O PIB regional é retirado do Instituto Nacional de Estatística (2023b). “Estimativas Provisórias do PIB Provincial para 2021”. Acedido em 1 de Setembro de 2023 em https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/quadros_pib-provincial-2011-2021_-provisorio-2021.

16 Barro R. e J.W. Lee (2010). “A new data set of educational attainment in the world, 1950-2010”. Documento de trabalho do NBER n.º 15902, Cambridge, MA.

4. Custos de oportunidade do atraso no projecto Mozambique LNG

Para além das consequências fiscais discutidas anteriormente, o conflito em Cabo Delgado também tem cobrado um pesado tributo às oportunidades económicas não realizadas, principalmente devido à suspensão da produção de gás. A TotalEnergies, uma empresa francesa de petróleo e gás, lidera um consórcio que se concentra na exploração de gás natural ao largo da costa de Cabo Delgado.¹⁷ O projecto Mozambique LNG na Área 1 da bacia do Rovuma remonta à descoberta de abundantes reservas de gás natural em 2010, levando a uma decisão final de investimento de 20 bilhões de USD em 2019. Contudo, o empreendimento foi suspenso por tempo indeterminado após um ataque armado ocorrido na cidade de Palma em março de 2021, resultando na declaração de força maior pelo operador TotalEnergies.

Numa entrevista à Deutsche Welle, Patrick Pouyanné, CEO da TotalEnergies, detalhou que qualquer decisão final de reiniciar as operações em Cabo Delgado, Moçambique, será submetida a uma avaliação cuidadosa, sendo os custos de exploração de gás natural uma consideração importante.¹⁸ Pouyanné elaborou que a manutenção dos custos projectados e a renegociação de contratos com fornecedores locais pela TotalEnergies também influenciariam significativamente a decisão de reiniciar as operações. Além disso, sublinhou que as considerações relativas à segurança e aos direitos humanos desempenharão um papel crucial na eventual decisão de reiniciar as operações. Apesar de algumas melhorias na segurança regional, a TotalEnergies continua cautelosa quanto a avançar com o projecto suspenso. Neste contexto, é de salientar um artigo do Zitamar News (2023) que indica as intenções da TotalEnergies de iniciar a construção da unidade de produção de Gás Natural Liquefeito (GNL) até ao final de 2023, conforme transmitido por Patrick Pouyanné a 27 de Setembro de 2023, com projecções que apontam para o início da produção de gás em 2028.¹⁹

A Rystad Energy, uma empresa de estudos energéticos, prevê que a TotalEnergies possa retomar o seu projecto de GNL em Moçambique em 2024 e prevê o início da produção de gás em 2028.²⁰ Este atraso é atribuído aos ajustes necessários para fazer face aos aumentos de custos previstos devido aos aumentos da inflação global, com a Rystad Energy a estimar um aumento de 25% nos custos do projecto, um valor consistente com o aumento dos custos do GNL a nível global.

Em entrevista à DW África, o activista ambiental Daniel Ribeiro, da associação Justiça Ambiental, destacou o dilema financeiro de Moçambique, uma vez que os atrasos nos projectos de exploração de gás resultam em quebras significativas de receitas. Estes fundos são extremamente necessários para gerir uma crise de dívida pública agravada pelo escândalo das dívidas ocultas. Para complicar ainda mais a situação, Moçambique está contratual-

17 A Total E&P Mozambique Area 1 Limitada, uma subsidiária integral da TotalEnergies, opera o Mozambique LNG com uma participação de 26,5%, juntamente com a ENH Rovuma Área Um, S.A. (15%), Mitsui E&P Mozambique Area1 Limited (20%), ONGC Videsh Rovuma Limited (10%), Beas Rovuma Energy Mozambique Limited (10%), BPRL Ventures Mozambique B.V. (10%), e PTTEP Mozambique Area 1 Limited (8,5%).

18 DW África (2023a). “Total avisa: Custo do projecto em Moçambique não pode subir”. Publicado aos 13 de Fevereiro de 2023. Acedido aos 11 de Setembro de 2023 em <https://www.dw.com/pt-002/totalenergies-avisa-que-custo-do-projeto-em-mo%C3%A7ambique-n%C3%A3o-pode-subir/a-64682702>.

19 Zitamar News (2023). “TotalEnergies procura reiniciar o GNL de Moçambique antes do final do ano”. Publicado em 27 de Setembro de 2023. Acedido em 28 de Setembro de 2023 em <https://www.zitamar.com/totalenergies-restart-mozambique-lng-year-end/>.

20 Club of Mozambique (2023). “TotalEnergies reiniciará o projecto de GNL de Moçambique em 2024, primeiro gás em 2028 - Rystad Energy”. Publicado em 10 de Julho de 2023. Acedido aos 11 de Setembro de 2023 em <https://clubofmozambique.com/news/totalenergies-to-restart-mozambique-lng-project-in-2024-first-gas-in-2028-rystad-energy-240700/>.

mente obrigado a suportar o impacto financeiro de quaisquer perturbações relacionadas com conflitos, e quaisquer alterações às leis de hidrocarbonetos existentes requerem a aprovação explícita da TotalEnergies e da Electricidade de Moçambique (EDM). Esta situação é especialmente arriscada para Moçambique, tendo em conta que o governo utilizou estes contratos de gás como alavanca para a obtenção de empréstimos internacionais. O atraso amplia a necessidade urgente de receitas para fazer face à escalada da dívida soberana.²¹

O projecto Mozambique LNG é a maior das iniciativas de GNL em Moçambique. De acordo com a TotalEnergies, o projecto Mozambique LNG tem capacidade para aumentar a produção para 43 milhões de toneladas métricas por ano (MTPA).²² Em comparação, o projecto de gás Coral Sul, liderado pela Eni, e o projecto Mamba, operado pela Exxon Mobil na Área 4, têm uma capacidade de produção estimada em cerca de 3,4 MTPA e 15,2 MTPA, respetivamente.^{23, 24}

Dados os riscos multidimensionais e o impacto económico significativo do projecto Mozambique LNG, é crucial quantificar os custos de oportunidade para Moçambique decorrentes de atrasos na produção. As receitas públicas previstas incluem:

1. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC),
2. Imposto sobre a produção,
3. Partilha dos lucros da produção de GNL,
4. Receitas da participação estatal da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos de Moçambique (ENH),
5. Pagamentos de bónus quando se atingem marcos específicos do projecto, tais como o início da produção comercial e a consecução de determinados objectivos de produção.

A taxa normal do imposto sobre o rendimento das sociedades é de 32% dos lucros líquidos após a dedução das despesas admissíveis. Contudo, foi acordada pelo Governo e pelo consórcio de petróleo e gás uma taxa reduzida de imposto sobre o rendimento das sociedades de 24% para os primeiros oito anos de produção.

Após a recuperação dos custos do consórcio, o lucro é dividido entre o contratante e o Estado. A repartição dos lucros entre a administração pública e o contratante é determinada por um factor de repartição dos lucros, o factor R. Em termos simples, o factor R é um rácio entre as receitas acumuladas do projecto e os custos acumulados do projecto. O factor R para a Área 1, que foi acordado no contrato de concessão de exploração e produção (CCPP), está resumido na Tabela 6:²⁵

21 DW África (2023b). “Os projectos de gás deixaram Moçambique numa armadilha”. Publicado em 13 de Julho de 2023. Acedido em 11 de Setembro de 2023 em <https://www.dw.com/pt-002/projetos-de-g%C3%A1s-deixaram-mo%C3%A7ambique-numa-armadilha/a-66208487>.

22 TotalEnergies (2023). “Sobre o projecto”. Acedido em 20 de Setembro de 2023 em <https://mzlmg.totalenergies.co.mz/en/about-mozambique-liquefied-natural-gas-project>.

23 Eni (2023a). “Coral Sul: o campo de gás ao largo da costa de Moçambique”. Acedido em 20 de Setembro de 2023 em <https://www.eni.com/en-IT/operations/mozambique-coral-south.html>.

24 Eni (2023b). “Rovuma LNG: produzimos e processamos gás ao largo da costa de Moçambique”. Acedido em Setembro de 2023 em <https://www.eni.com/en-IT/operations/mozambique-rovuma-lng.html>.

25 Governo de Moçambique (2006). “Contrato de Concessão para Pesquisa e Produção”. Acedido em 15 de Agosto de 2023 em <https://www.inp.gov.mz/pt/Politicar-Regime-Legal/Contratos-de-Pesquisa-Producao-de-Hidrocarbonetos/Area-1-Bacia-do-Rovuma>.

Tabela 6 Repartição dos lucros entre o Governo e o consórcio no projecto Mozambique LNG (Área 1)

Factor R (Receitas acumuladas do projecto sobre os custos acumulados do projecto)	Participação do Governo	Participação do Consórcio
0-1	10%	90%
1-2	20%	80%
2-3	30%	70%
3-4	50%	50%
Acima de 4	60%	40%

Por exemplo, quando as receitas acumuladas do projecto são inferiores aos seus custos acumulados (factor R inferior a 1), o Estado tem direito a 10% dos lucros, ficando o consórcio, liderado pela TotalEnergies, com 90%. À medida que o factor R aumenta - o que indica um aumento da rentabilidade do projecto - a parte do Estado também aumenta. Quando o factor R se situa entre 2 e 3, a participação do Estado aumenta para 30% e a do consórcio diminui para 70%. Quando o factor R é superior a 4, a participação do Estado aumenta para 60% dos lucros.

É crucial salientar que se espera que a maior parte dos lucros do governo se materialize apenas nas fases posteriores, depois de decorridos muitos anos. O estudo da Oxfam liderado por Hubert (2019) oferece informações importantes sobre a dinâmica das receitas do projecto Coral Sul, relativamente mais pequeno, na Área 4, que é gerido pela ENI.²⁶ De acordo com o cenário de preços de referência do estudo, o factor R nunca atinge 4. Notavelmente, só atinge um valor de 1 após 14 anos de produção de GNL, aumenta para 2 após 18 anos e sobe para 3 após um longo período de 24 anos. Este atraso na obtenção de factores R mais elevados significa que os lucros previstos pelo governo são fortemente “sobre-avaliados”, tornando-os particularmente vulneráveis a variáveis macroeconómicas, incluindo taxas de juro, inflação e volatilidade global dos preços do petróleo e do gás.

O CIP (2023c) destaca as disparidades entre os contratos de partilha de lucros negociados entre o Estado moçambicano e os consórcios de petróleo e gás, e as disposições da Lei n.º 27/2014, de 23 de Setembro de 2014.²⁷ Especificamente, esta lei prescreve uma participação de 60% do gás de lucro para o governo sob um factor R de 2,5. Por outro lado, o projecto Mozambique LNG atribui apenas uma quota de 30% ao governo sob o mesmo factor R. Isto implica que a participação projectada no lucro do governo com um factor R de 2,5 é efectivamente reduzida para metade em comparação com o que está descrito na Lei n.º 27/2014. Esta discrepância substancial não só revela as potenciais consequências fiscais de tais acordos, mas também levanta questões importantes sobre a conformidade dos contratos com os quadros legais vigentes. Para além disso, a análise do CIP (2023c) compara esta situação com a participação do governo nas iniciativas de hidrocarbonetos em países como Angola, Azerbaijão e Tunísia. Por exemplo, a participação do governo num empreendimento offshore na Tunísia retém pelo menos 65% do petróleo-lucro, subindo para 82,50% para factores R superiores a 2,3. Estas comparações levantam questões sobre a distribuição equitativa dos lucros nos empreendimentos de gás moçambicanos.

26 Hubert D. (2019). “Receitas do governo do Coral FLNG”. Oxfam. Publicado em 26 de Junho de 2020. Acedido em 1 de Agosto de 2023 em https://webassets.oxfamamerica.org/media/documents/Government_Revenues_From_Coral_Flng.pdf.

27 CIP (2023c). “O modelo adotado para a partilha de produção de gás no Rovuma é desvantajoso para o Estado moçambicano”. Acedido a 26 de Setembro de 2023 em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/05/THE-MODEL-ADOPTED-FOR-GAS-PRODUCTION-.pdf>.

Comparando o projecto Coral Sul com o projecto interrompido de Mozambique LNG, conforme ilustrado na Figura 14 revela outra camada de risco. Conforme ilustrado, o aumento da participação do governo nos lucros surge mais tarde no projecto Mozambique LNG do que no projecto Coral Sul. Este padrão sugere uma proposta mais arriscada para o governo. Embora o acordo do factor R do Mozambique LNG possa ser favorável num cenário de preços de gás elevados e sustentados e de lucros rápidos, apresenta desvantagens significativas. Especificamente, a estrutura de retaguarda das receitas governamentais esperadas apresenta riscos substanciais face a custos de produção elevados, instabilidades macroeconómicas, restrições de liquidez do governo e custos imprevistos relacionados com conflitos ou interrupções operacionais.

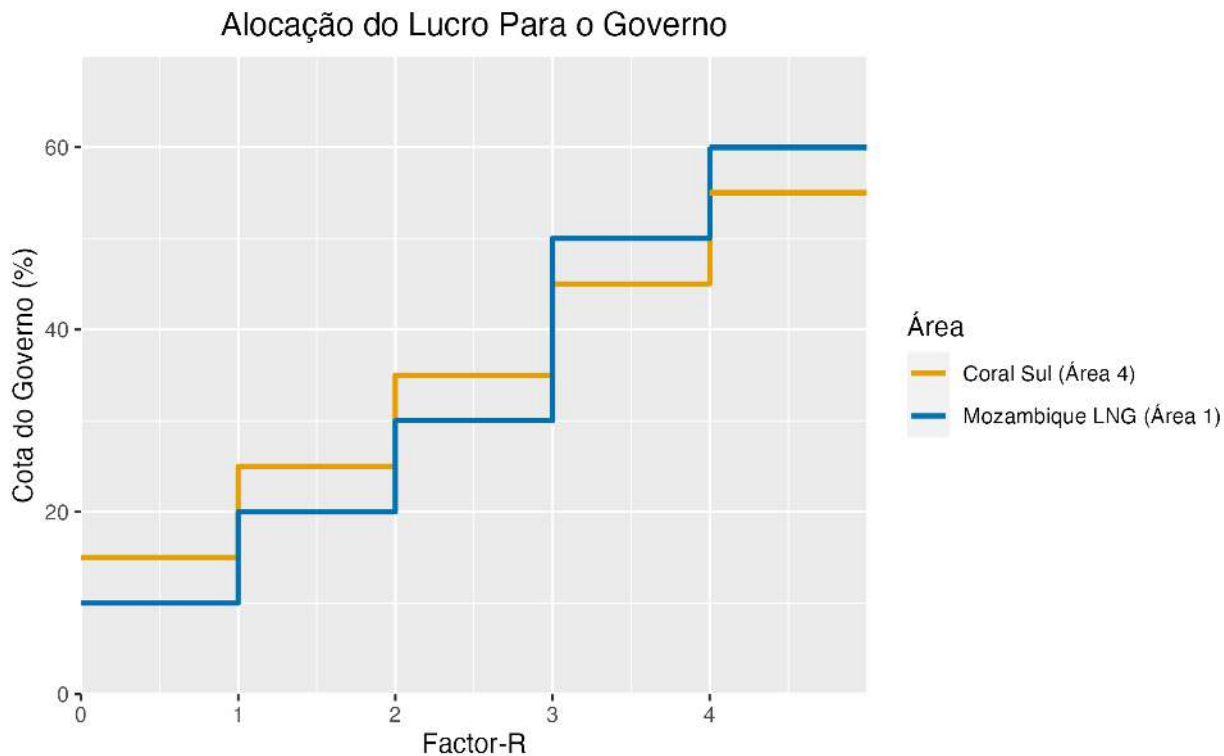


Figure 14 Alocação do lucro para o governo, dependendo da relação de receitas para custos

Para estimar os custos de oportunidade associados ao atraso no projecto de gás, utilizamos o modelo e os pressupostos de Hubert (2019) como quadro orientador. Adicionalmente, consideramos a capacidade de produção da Mozambique LNG de até 43 MTPA relativamente a receitas e custos, variações no factor R e a estrutura de pagamento de bónus em três níveis especificada no Artigo 12 do contrato CCPP. O primeiro bónus de 5 milhões de dólares é pago no início da produção comercial. Um segundo bónus de 10 milhões de dólares é pago quando a produção diária atinge uma média de 20 000 BOE (barris de petróleo equivalente) durante um mês contínuo. Os bónus subsequentes, no valor de 20 milhões de dólares cada um, são atribuídos sempre que a produção diária aumenta em mais 50 000 BOE durante um determinado mês. Com uma capacidade total de 43 MTPA, o volume total previsto de pagamentos de bónus é de 375 milhões de dólares.²⁸

²⁸ Para converter os valores da produção diária de BOE (Barril de Petróleo Equivalente) para MTPA (Milhões de Toneladas por Ano) de GNL, podem seguir-se os seguintes passos. Primeiro, converter o valor diário de BOE em pés cúbicos de gás natural. Em segundo lugar, traduzir esta produção num valor anual. Finalmente, converter a produção anual de pés cúbicos em toneladas métricas de GNL. Consequentemente, uma produção diária de 50.000 BOE equivaleria aproximadamente a uma produção anual de cerca de 2.249.484 toneladas métricas ou aproximadamente 2,25 MTPA de GNL. Utilizando estas conversões, se o projeto de GNL de Moçambique atingir a sua capacidade total de 43 MTPA, serão efectuados 18 pagamentos de bónus de 20 milhões de USD.

Para determinar o valor actual das receitas públicas e estimar o custo do atraso, aplicamos uma taxa de desconto ponderada com base nos juros do Estado sobre as dívidas interna e externa:

$$\text{Taxa de desconto ponderada} = \frac{i_{intern} \times d_{intern} + i_{extern} \times d_{extern}}{d_{intern} + d_{extern}} \quad (3)$$

Aqui, i representa a taxa de juro das dívidas interna e externa, enquanto d denota os montantes correspondentes do serviço da dívida, que incluem os pagamentos do capital e dos juros. De acordo com os dados orçamentais do Ministério da Economia e Finanças (MEF), o total do serviço da dívida para 2023 ascende a 54.167 milhões de MZN para as dívidas internas e 44.650 milhões de MZN para as dívidas externas.²⁹ Em Agosto de 2023, o rendimento de uma obrigação do Estado a cinco anos é de 17% ao ano, servindo de referência para a nossa taxa de juro interna.³⁰ A média de 180 dias da *Secured Overnight Financing Rate* (SOFR) de 4,9% p.a. é usada como referência de juros externos.³¹ Utilizando estes parâmetros na fórmula da taxa de desconto ponderada, obtém-se uma taxa de desconto calculada de 11,5% ao ano.

Ao incorporar a taxa de desconto calculada no quadro geral estabelecido por Hubert (2019), avaliamos os impactos financeiros dos atrasos dos projectos. Especificamente, determinamos o custo do atraso como a diferença entre o valor actual líquido (VAL) sem atraso e o VAL com atraso:

$$\text{Custo do atraso} = \text{VAL}_{\text{sem atraso}} - \text{VAL}_{\text{com atraso}} \quad (4)$$

Esta equação permite-nos quantificar a erosão do valor actual atribuível ao atraso na execução do projecto. Na Tabela 7, apresentamos um intervalo de perdas de receitas estimadas para o governo em diferentes condições de preços do petróleo e do gás. De acordo com os pressupostos de Hubert (2019), o cenário de preço base baseia-se num preço do petróleo bruto Brent de 70 USD por barril (bbl), correspondendo a um preço de GNL de 7,7 USD por mmbtu (milhões de unidades térmicas britânicas). Para os cenários de custo elevado e baixo, os preços do petróleo Brent são fixados em 85 USD bbl e 55 USD bbl, respectivamente.

Tabela 7 Simulações da Perda de Receita do Governo Sob Diferentes Cenários de Preço de Gás (em milhões de MZN)

Cenário de Preço de GNL	Atraso de 3 Anos	Atraso de 5 Anos	Atraso de 10 Anos
Preço Base	228.090	343.517	542.443
Preço Alto	383.385	577.401	911.766
Preço Baixo	108.840	163.920	258.844

A Tabela 7 ilustra o potencial impacto financeiro dos atrasos no projecto Mozambique LNG nas receitas do governo. Se o projecto retomasse as operações em Abril de 2024, isso corresponderia a um atraso de três anos do projecto. No cenário de preços de referência, este atraso resultaria numa redução das receitas do Estado de 228.090 milhões de MZN. Dados recentes do Banco Mundial mostram que o preço médio do Brent era de 86,20 USD e o preço do GNL era de 12,88 USD em Agosto de 2023.³² Isto sugere que o actual panorama do mercado

29 Ministério da Economia e Finanças (2023). “Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2023”. Acedido em 12 de Setembro de 2023 em <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/plano-economico-e-social-e-orcamento-do-estado-pe-soe/pesoe-2023/1818-pesoe-2023/file>.

30 Bolsa de Valores de Moçambique (BVM, 2023). “Tesouro-2023 -7ª Série.” Acedido em 10 de Setembro de 2023 em <https://www.bvm.co.mz/index.php/pt/mercado/titulos-cotados/titulos-cotados#obriga%C3%A7%C3%B5es>.

31 Reserva Federal de Nova Iorque (2023). “Média SOFR e dados do índice, média de 180 dias”. Acedido em 10 de Setembro de 2023 em <https://www.newyorkfed.org/markets/reference-rates/sofr-averages-and-index>.

32 Banco Mundial (2023). “Dados de preços de commodities do Banco Mundial. 5-Sep-2023”. Acedido em 14 de Setembro de 2023 em <https://thedoocs>.

é caracterizado por preços elevados do gás, ainda mais exacerbados pelas consequências económicas do conflito russo-ucraniano. Num ambiente de preços do gás sustentados e elevados, a perda de receitas públicas estimada atinge aproximadamente 383.385 milhões de MZN em apenas três anos. O quadro também destaca os riscos fiscais associados a atrasos adicionais. Um retrocesso de 10 anos, associado a preços elevados e prolongados dos produtos de base, poderia resultar numa profunda quebra de receitas de 911.766 milhões de MZN.

5. Custos sociais do conflito para as mulheres

Para além das implicações fiscais, o conflito armado acarreta custos sociais substanciais e muitas vezes ignorados, afectando particularmente populações vulneráveis como as mulheres. Um estudo do CIP (2021b) documenta casos perturbadores durante o pico da deslocação de civis em Cabo Delgado, em 2020, em que líderes locais exploraram mulheres deslocadas, extraindo favores sexuais em troca de comida.³³ O CIP (2023a) aprofunda as terríveis circunstâncias enfrentadas pelas mulheres e raparigas deslocadas, muitas das quais são coagidas a praticar sexo de sobrevivência ou exploradas para obter bens de primeira necessidade na sequência dos ataques dos insurgentes. Estas duras realidades continuam a prevalecer em vários centros para pessoas deslocadas internamente (IDPs), pondo em evidência uma faceta menos conhecida do conflito e empurrando estes indivíduos para situações de alto risco, apesar das intervenções em curso. O CIP (2023a) revela condições alarmantes, em que as mulheres e raparigas deslocadas, principalmente com idades compreendidas entre os 15 e os 40 anos, são obrigadas a prostituir-se devido à insuficiência de ajuda humanitária e de necessidades de sobrevivência. A situação é agravada por cortes na assistência alimentar por parte de organizações como o Programa Alimentar Mundial (PAM). Esta população vulnerável é frequentemente vítima de exploração e abuso sexual às mãos dos líderes locais e dos funcionários dos centros, sendo as ameaças de expulsão dos centros de alojamento um factor adicional de coerção. A falta de programas de apoio, a ausência de medidas de protecção e a inadequação dos mecanismos de denúncia agravaram as suas terríveis circunstâncias, empurrando-os ainda mais para o risco e a exploração.

O *OpenDemocracy* (2023) também relatou as alegações de exploração sexual em campos de deslocados internos em Cabo Delgado.³⁴ Os trabalhadores humanitários locais, nomeados pelos líderes comunitários, são acusados de forçar mulheres vulneráveis a trocar sexo por ajuda alimentar. O relatório critica o governo moçambicano pela sua gestão inadequada da distribuição da ajuda e por não responsabilizar os líderes locais, exacerbando assim a crise humanitária. De acordo com o artigo, o Programa Mundial de Alimentação reconheceu estes relatos de abuso, mas não realizou nenhuma investigação, optando por encaminhar as vítimas para serviços de violência de género. Além disso, o *OpenDemocracy* (2023) revela casos de corrupção entre os líderes comunitários que, alegadamente, estão a desviar a ajuda para benefício pessoal.

worldbank.org/en/doc/5d903e848db1d1b83e0ec8f744e55570-0350012021/related/CMO-Pink-Sheet-September-2023.pdf.

33 CIP (2021b). “Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2700% em dois anos?”. Acedido a 27 de Setembro de 2023 em <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/10/Nu%CC%81mero-de-deslocados-em-Moc%CC%A7ambique-1-5.pdf>.

34 *OpenDemocracy* (2023). “Trabalhadores humanitários ‘exigem sexo por comida’ nos campos de refugiados de Moçambique”. Acedido em 5 de Setembro de 2023 em <https://www.opendemocracy.net/en/5050/mozambique-sex-food-aid-displaced-camps-world-food-programme/>.

O CIP (2021c) destaca ainda que as raparigas e mulheres jovens deslocadas que chefiam agregados familiares também recebem frequentemente assistência inadequada, espelhando a ajuda atribuída a agregados familiares chefiados por homens adultos, apesar das suas necessidades distintas. Casos específicos revelam que essas famílias ficam sem casa devido à falta de apoio na construção de abrigos, demonstrando a inadequação prevalecente dos programas de apoio para enfrentar os desafios únicos enfrentados por esta demografia vulnerável.³⁵

O *Human Rights Watch* (2021) relatou tendências preocupantes que afectam as mulheres no norte de Moçambique. O grupo extremista Al-Shabab tem sido acusado de abusos dos direitos humanos, complicando a situação dos civis, em particular das mulheres.³⁶ Centenas de mulheres e raparigas foram raptadas pelo Al-Shabab na região de Cabo Delgado desde 2018, tendo muitas permanecido em cativeiro, forçadas a casamentos ou vendidas. As vítimas enfrentam frequentemente traumas adicionais quando as autoridades moçambicanas as detêm por longos períodos após o resgate. O grupo extremista tem como alvo mulheres mais jovens e saudáveis, forçando-as a casar com os seus combatentes e sujeitando-as à escravatura e a abusos sexuais. Algumas foram mesmo vendidas por resgates que variam entre 40 000 MZN e 120 000 MZN. O *Human Rights Watch* apela ao cumprimento das normas humanitárias, à prestação legal de contas e ao apoio às mulheres afectadas.

35 CIP (2021c). “Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: Governo falhou no apoio às vítimas do conflito”. Acedido a 27 de Setembro de 2023 em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/Gesta%CC%83o-dos-deslocados-de-guerra-de-Cabo-Delgado-Governo-falhou-no-apoio-a-%C-C%80s-vi%CC%81timas-do-conflito.pdf>.

36 Human Rights Watch (2021). “Moçambique: Centenas de mulheres e meninas raptadas”. Acedido a 1 de Setembro de 2023 em <https://www.hrw.org/pt/news/2021/12/09/380635>.

6. Conclusão

O presente estudo proporciona uma análise abrangente das ramificações fiscais do conflito em curso em Cabo Delgado, Moçambique, revelando encargos significativos para o orçamento nacional. Até à data, o conflito levou a despesas adicionais com a segurança nacional de cerca de 106,8 bilhões de MZN. O estudo chama ainda a atenção para o atraso do projecto Mozambique LNG, um atraso que resulta num défice de receitas públicas estimado em 383,4 bilhões de MZN, devido aos elevados preços do gás.

Para além da pressão fiscal imediata, a crise tem implicações sociais e humanitárias de grande alcance. A nossa pesquisa indica efeitos prejudiciais na educação e no capital humano em Cabo Delgado, incluindo uma perda substancial no PIB regional devido ao aumento das taxas de analfabetismo.

Apesar das substanciais contribuições financeiras e da ajuda militar dos parceiros internacionais, as necessidades humanitárias de Moçambique continuam, em grande medida, por satisfazer. Só as contribuições da União Europeia (UE), sob a forma de ajuda militar e de manutenção da paz, totalizam aproximadamente 8,5 bilhões de MZN (125,9 milhões de euros).³⁷ Contudo, conforme sublinhado pelo *Center for Strategic & International Studies* (CSIS), o financiamento global continua a ser insuficiente.³⁸ Até ao final de Outubro de 2023, o Plano de Resposta Humanitária de Moçambique para 2023, que visa a assistência a mais de 850.000 pessoas deslocadas internamente (PDIs),³⁹ assegurou apenas 178,7 milhões de USD do seu objectivo de 512,9 milhões de USD.⁴⁰ Isto indica que os fundos mobilizados através do plano de resposta coordenado representam apenas 32,7% das necessidades totais. Além disso, o financiamento atribuído não é distribuído proporcionalmente pelos diferentes sectores. O défice de financiamento é excepcionalmente grave na coordenação e gestão dos campos, que recebeu apenas 4,9% do financiamento necessário. Seguem-se défices substanciais de financiamento na educação (12,6% de cobertura do financiamento), na protecção (14,5% de cobertura do financiamento) e na segurança alimentar e meios de subsistência (28,1% de cobertura do financiamento). Esta inadequação do financiamento enfraquece ainda mais a capacidade de Moçambique para gerir a crise de forma eficaz e salvaguardar os grupos vulneráveis.

É importante sublinhar a interligação entre as dimensões orçamental, social e de governação desta crise. Os encargos económicos criados pelo conflito contribuem directamente para os desafios sociais e de governação, resultando num ciclo vicioso que agrava toda a situação. Na medida que a ajuda internacional se concentra cada vez mais em intervenções militares e de consolidação da paz, existe o risco de redução dos orçamentos para outras iniciativas de desenvolvimento essenciais. Estas reafectações significativas na alocação de ajuda não só contribuem para os custos de oportunidade associados à guerra, como também criam constrangimentos que impedem uma resposta

37 O apoio da UE é atribuído da seguinte forma: 20 milhões de euros para a Força de Defesa do Ruanda, 89 milhões de euros para as Forças Armadas de Moçambique através da Missão de Formação da UE e 15 milhões de euros para a missão da SADC. Está reservado um montante adicional de 1,9 milhões de euros para iniciativas de consolidação da paz. Conferir Conselho Europeu (2022). “Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: O Conselho adopta medidas de assistência em apoio às forças armadas de cinco países”. Acedido em 1 de Setembro de 2023 em <https://www.consilium.europa.eu/en/press/press-releases/2022/12/01/european-peace-facility-council-adopts-assistance-measures-in-support-of-the-armed-forces-of-five-countries/>.

38 CSIS (2023). “Avaliar o cenário de segurança, humanitário e de financiamento de Moçambique”. Comentário de N.J. Larned e E. Columbo em 8 de Agosto de 2023. Acedido em 15 de Setembro de 2023 em <https://www.csis.org/analysis/evaluating-mozambiques-security-humanitarian-and-funding-landscape>.

39 OIM (2023). “Moçambique”. Instituto de Dados Globais - Matriz de Rastreamento de Deslocações. Acedido em 27 de Setembro de 2023 em <https://dtm.iom.int/mozambique>.

40 Foram gerados mais 53,3 milhões de dólares fora do plano de resposta coordenada, mas o financiamento total ainda está muito aquém do objetivo global de 512,9 milhões de dólares. Para mais pormenores sobre o plano coordenado, ver Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (2023). “Serviço de Rastreamento Financeiro: Plano de Resposta Humanitária para Moçambique 2023”. Acedido em 24 de Outubro de 2023 em <https://fts.unocha.org/countries/152/summary/2023>.

abrangente às necessidades multifacetadas da sociedade civil moçambicana. Estas mudanças criam consequências difíceis de prever, especialmente para as gerações futuras.

Por último, os efeitos menos tangíveis do conflito, mas igualmente prejudiciais, não devem ser ignorados. A erosão das estruturas sociais, as violações dos direitos humanos e o comprometimento dos serviços de saúde amplificam os riscos imediatos e a longo prazo, como os surtos de doenças e os problemas de saúde mental.

7. Recomendações

As complexidades económicas, sociais e políticas do conflito de Cabo Delgado, em Moçambique, exigem uma abordagem política matizada e multidimensional. Esta secção apresenta recomendações para os órgãos governamentais, organizações internacionais e empresas multinacionais, tendo em conta os resultados da investigação e os desenvolvimentos mais recentes em Cabo Delgado.

Medidas fiscais e económicas

- 1. Evitar mais atrasos no projecto de Mozambique LNG:** Para minimizar a perda substancial de potenciais receitas públicas causada por atrasos, é crucial reforçar as medidas de segurança e acelerar o desenvolvimento do projecto de Mozambique LNG. Além disso, dada a concorrência regional emergente de países como a Tanzânia no mercado do GNL, existe um sentido de urgência acrescido para que Moçambique avance rapidamente com os seus próprios projectos de gás.⁴¹
- 2. Orçamentação transparente:** É imperativo garantir uma maior transparência na repartição das despesas relacionadas com os sectores policial, militar e de segurança, especialmente durante os ciclos eleitorais. Essa transparência é essencial para fomentar a confiança do público e garantir a prestação de contas na governação.
- 3. Contribuições financeiras das empresas multinacionais:** O governo deve envolver proactivamente as empresas multinacionais do sector extractivo no sentido de contribuírem financeiramente para as medidas de segurança regional. Tendo em conta os seus vastos ganhos potenciais futuros na região, é estrategicamente vantajoso para estas empresas investir no reforço da segurança e estabilidade.

Governança e criação de confiança

- 4. Soluções participativas:** O governo deve envolver as comunidades locais nos processos de tomada de decisão que dizem respeito à segurança e ao desenvolvimento. O envolvimento dos residentes nestas importantes conversas pode incutir um sentimento de propriedade sobre os projectos e iniciativas locais. Esta abordagem participativa é suscetível de reduzir as queixas que, de outra forma, poderiam levar a conflitos, promovendo assim um ambiente mais pacífico e de colaboração.⁴²
- 5. Criar confiança na população local:** Para fomentar a confiança nas comunidades locais, o governo deve

41 CIP (2023b). “Para maximizar ganhos do gás, Moçambique deve avançar urgentemente”. Acedido a 1 de Setembro de 2023 em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/06/Para-maximizar-ganhos-do-gas.pdf>.

42 Ver, por exemplo, o trabalho de Lind et al. (2023), que explora a utilização de métodos participativos inovadores no Quênia e em Madagáscar. A sua investigação utiliza ferramentas como o vídeo participativo para aumentar o envolvimento e criar confiança nas comunidades locais marginalizadas afectadas por iniciativas de desenvolvimento de recursos em grande escala. Conferir Lind, J., Huff A., Shaw J., De Jong W. (2023). “Seeing’ Conflict at the Margins in Kenya and Madagascar”. Acedido em 15 de Setembro em <https://www.ids.ac.uk/projects/seeing-conflict/>.

recorrer às práticas de governação transparentes, envolver-se na participação significativa da comunidade e realizar reuniões e consultas públicas. Estas acções criarão um diálogo aberto e permitirão uma maior responsabilização, criando assim uma relação de maior confiança entre as autoridades e os membros da comunidade.

- 6. Evitar a má conduta e o abuso de poder:** Para travar as violações dos direitos humanos e a corrupção no seio das forças militares, policiais e de segurança, é imperativo implementar mecanismos de supervisão sólidos. Estes mecanismos devem incluir auditorias regulares, relatórios transparentes e avaliações independentes para garantir que estas forças estejam a operar dentro dos limites da lei e a respeitem os padrões éticos.

Medidas sociais

- 7. Aumentar as despesas com a educação:** É essencial dar prioridade aos investimentos na educação e nos sectores sociais como uma abordagem proactiva para mitigar futuros conflitos. Ao mesmo tempo, é crucial evitar a implementação de medidas de austeridade míopes que possam comprometer a estabilidade a longo prazo.
- 8. Orçamento humanitário:** É imperativo atribuir fundos adicionais especificamente para a ajuda humanitária, assegurando simultaneamente que esses recursos sejam utilizados de forma eficaz para responder às necessidades imediatas das populações afectadas pelos conflitos.

Gestão de recursos

- 9. Mitigação da maldição dos recursos:** É essencial envolver activamente as comunidades locais e realizar campanhas de sensibilização centradas na importância de actividades económicas diversificadas. Para além da dependência dos recursos primários, devem ser exploradas oportunidades económicas para a sustentabilidade a longo prazo. Além disso, o reinvestimento na educação para o desenvolvimento sustentável ao longo de várias gerações é uma estratégia fundamental para promover a estabilidade e o crescimento económico a longo prazo.
- 10. Ênfase no imposto sobre a produção:** Tendo em conta a complexidade da cobrança do imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e as estratégias de evasão fiscal por parte das empresas multinacionais, a ênfase nos royalties, tal como o imposto sobre a produção, pode ser uma fonte de receitas mais previsível e imediata. Consequentemente, deve garantir-se que as comunidades recebam a sua quota-parte justa do imposto sobre a produção.⁴³

Em suma, os desafios multidimensionais colocados pelo conflito em Cabo Delgado exigem soluções urgentes, abrangentes e matizadas nas esferas fiscal, social e de governação. Ao agir prontamente de acordo com estas recomendações, os intervenientes podem mitigar tanto o sofrimento imediato como as repercussões socioeconómicas a longo prazo, abrindo caminho para um futuro mais estável e próspero na região.

⁴³ Ver mais informações sobre a vantagem dos royalties em Readhead, A., Tarus, V., Lassourd, T., Madzivanyika, E., Schlenker, B. (2023). “O futuro da tributação dos recursos: 10 ideias de políticas para mobilizar as receitas mineiras. Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável e Fórum Africano de Administração Fiscal”. Acedido a 1 de Setembro de 2023 em <https://www.iisd.org/publications/guide/future-of-resource-taxation>.

8. Referências

ACNUR (2023). “Verificações de factos de VBG de Cabo Delgado - Junho 2022”. Acedido em 21 de Setembro de 2023 em <https://reliefweb.int/report/mozambique/cabo-delgado-gbv-factsheet-june-2022>.

Banco Mundial (2023). “Dados de preços de produtos do Banco Mundial. 5-Sep-2023”. Acedido em 14 de Setembro de 2023 em <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/5d903e848db1d1b83e0ec8f744e55570-0350012021/related/CMO-Pink-Sheet-September-2023.pdf>.

Barro R. e J.W. Lee (2010). “A new data set of educational attainment in the world, 1950-2010”. [Documento de trabalho do NBER n.º 15902](#), Cambridge, MA.

Bolsa de Valores de Moçambique (BVM, 2023). “Tesouro-2023 -7ª Série.” Acedido em 10 de Setembro de 2023 em <https://www.bvm.co.mz/index.php/pt/mercado/titulos-cotados/titulos-cotados#obriga%C3%A7%C3%B5es>.

Club of Mozambique (2023). “TotalEnergies reiniciará o projecto de GNL de Moçambique em 2024, primeiro gás em 2028 - Rystad Energy”. Publicado em 10 de Julho de 2023. Acedido em 11 de Setembro de 2023 em <https://clubofmozambique.com/news/totalenergies-to-restart-mozambique-lng-project-in-2024-first-gas-in-2028-rystad-energy-240700/>.

CIP (2021a). “Controlo Externo da Despesa com a Defesa e Segurança: Quanto e como gasta o Estado com a guerra de Cabo Delgado?”. Acedido em 21 de Setembro de 2023 em <https://www.cipmoz.org/pt/2021/08/10/controlo-externo-da-despesa-de-defesa-e-seguranca-quanto-e-como-gasta-o-estado-com-a-guerra-de-cabo-delgado/>.

CIP (2021b). “O número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2700% em dois anos?”. Acedido em 27 de Setembro de 2023 em <https://cipmoz.org/wp-content/uploads/2020/10/Nu%CC%81mero-de-deslocados-em-Moc%CC%A7ambique-1-5.pdf>.

CIP (2021c). “Gestão dos deslocados de guerra de Cabo Delgado: O Governo falhou no apoio às vítimas do conflito”. Acedido em 27 de Setembro de 2023 em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2021/04/Gesta%CC%83o-dos-deslocados-de-guerra-de-Cabo-Delgado-Governo-falhou-no-apoio-a%CC%80s-vi%CC%81timas-do-conflito.pdf>.

CIP (2023a). “O Outro Lado da Guerra: Prostituição e Exploração Sexual de Mulheres Deslocadas em Cabo Delgado”. Acedido em 21 de Setembro de 2023 em <https://www.cipmoz.org/pt/2023/05/29/the-other-side-of-the-war-prostitution-and-sexual-exploitation-of-displaced-women-in-cabo-delgado/>.

CIP (2023b). “Para maximizar ganhos do gás, Moçambique deve avançar urgentemente”. Acedido em 1 de Setembro de 2023 em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/06/Para-maximizar-ganhos-do-gas.pdf>.

CIP (2023c). “O modelo adoptado para a partilha de produção de gás no Rovuma é desvantajoso para o Estado moçambicano”. Acedido em 26 de Setembro de 2023 em <https://www.cipmoz.org/wp-content/uploads/2023/05/THE-MODEL-ADOPTED-FOR-GAS-PRODUCTION-.pdf>.

Conselho Europeu (2022). “Mecanismo Europeu de Apoio à Paz: Conselho adopta medidas de assistência em apoio às forças armadas de cinco países”. Acedido em 1 de Setembro de 2023 em <https://www.consilium.europa>.

eu/en/press/press-releases/2022/12/01/european-peace-facility-council-adopts-assistance-measures-in-support-of-the-armed-forces-of-five-countries/.

CSIS (2023). “Avaliar o cenário de segurança, humanitário e de financiamento de Moçambique”. Comentário de N.J. Larnerd e E. Columbo em 8 de Agosto de 2023. Acedido em 15 de Setembro de 2023 em <https://www.csis.org/analysis/evaluating-mozambiques-security-humanitarian-and-funding-landscape>.

DW África (2023a). “Total avisa: Custo do projecto em Moçambique não pode subir”. Publicado a 13 de Fevereiro de 2023. Acedido em 11 de Setembro de 2023 em <https://www.dw.com/pt-002/totalenergies-avisa-que-custo-do-projecto-em-mo%C3%A7ambique-n%C3%A3o-pode-subir/a-64682702>.

DW África (2023b). “Projectos de gás deixaram Moçambique numa armadilha”. Publicado aos 13 de Julho de 2023. Acedido em 11 de Setembro de 2023 em <https://www.dw.com/pt-002/projectos-de-g%C3%A1s-deixaram-mo%C3%A7ambique-numa-armadilha/a-66208487>.

Eni (2023a). “Coral Sul: o campo de gás ao largo da costa de Moçambique”. Acedido em 20 de Setembro de 2023 em <https://www.eni.com/en-IT/operations/mozambique-coral-south.html>.

Eni (2023b). “Rovuma LNG: produzimos e processamos gás ao largo da costa de Moçambique”. Acedido em Setembro de 2023 em <https://www.eni.com/en-IT/operations/mozambique-rovuma-lng.html>.

Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários das Nações Unidas (2023). “Serviço de Acompanhamento Financeiro: Plano de Resposta Humanitária de Moçambique 2023”. Acedido em 24 de Outubro de 2023 em <https://fts.unocha.org/countries/152/summary/2023>.

Governo de Moçambique (2006). “Contrato de Concessão para Pesquisa e Produção”. Acedido em 15 de agosto de 2023 em <https://www.inp.gov.mz/pt/Politicar-Regime-Legal/Contratos-de-Pesquisa-Producao-de-Hidrocarbonetos/Area-1-Bacia-do-Rovuma>.

Hubert D. (2019). “Receitas do governo do Coral FLNG”. Oxfam. Publicado em 26 de Junho de 2020. Acedido em 1 de Agosto de 2023 em https://webassets.oxfamamerica.org/media/documents/Government_Revenues_From_Coral_Flng.pdf.

Human Rights Watch (2021). “Moçambique: Centenas de mulheres e meninas raptadas”. Acedido em 1 de Setembro de 2023 em <https://www.hrw.org/pt/news/2021/12/09/380635>.

Human Rights Watch (2023). “Moçambique”. Acedido em 1 de Setembro de 2023 em <https://www.hrw.org/pt/africa/mozambique>.

Instituto Nacional de Estatística (2021). “Inquérito Sobre Orçamento Familiar - IOF 2019/20”. Setembro de 2021. Relatório Final.

Instituto Nacional de Estatística (2023a). “Inquérito Sobre Orçamento Familiar - IOF 2022”. julho de 2022. Relatório Final.

Instituto Nacional de Estatística (2023b). “Estimativas Provisórias do PIB Provincial para 2021”. Acedido em 1 de Setembro de 2023 em https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/quadros_pib-provincial-2011-2021_-provisorio-2021.

International Crisis Group (2023a). “Moçambique”. Acedido em 1 de Setembro de 2023 em <https://www.crisisgroup.org/africa/east-and-southern-africa/mozambique>.

International Crisis Group (2023b). “A actividade dos insurgentes contra as forças governamentais manteve-se elevada no distrito de Macomia, no norte da província de Cabo Delgado”. Acedido em 1 de Setembro de 2023 em <https://www.crisisgroup.org/crisiswatch/september-alerts-and-august-trends-2023#mozambique>.

Kochav, Y., Spivak A., Strawczynski M. (2017). “It’s Human Capital Again: The Centrality of Higher Education in Explaining GDP per Employee”, Open Journal of Economics and Finance. Acedido em 15 de Agosto de 2023 em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2634006).

Lind, J., Huff A., Shaw J., De Jong W. (2023). “Seeing’ Conflict at the Margins in Kenya and Madagascar”. Acedido em 15 de Setembro em <https://www.ids.ac.uk/projects/seeing-conflict/>.

Ministério da Economia e Finanças (2023). “Plano Económico e Social e Orçamento do Estado para 2023”. Acedido em 12 de Setembro de 2023 em <https://www.mef.gov.mz/index.php/todas-publicacoes/instrumentos-de-gestao-economica-e-social/plano-economico-e-social-e-orcamento-do-estado-pesoe/pesoe-2023/1818-pesoe-2023/file>.

OIM (2023). “Moçambique”. Instituto de Dados Globais - Matriz de Rastreo de Deslocações. Acedido em 27 de Setembro de 2023 em <https://dtm.iom.int/mozambique>.

OpenDemocracy (2023). “Trabalhadores humanitários ‘exigem sexo em troca de comida’ nos campos de refugiados de Moçambique”. Acedido em 5 de Setembro de 2023 em <https://www.opendemocracy.net/en/5050/mozambique-sex-food-aid-displaced-camps-world-food-programme/>.

Readhead, A., Tarus, V., Lassourd, T., Madzivanyika, E., Schlenker, B. (2023). “The future of resource taxation: 10 policy ideas to mobilize mining revenues. International Institute for Sustainable Development & African Tax Administration Forum.”. Acedido em 1 de Setembro de 2023 em <https://www.iisd.org/publications/guide/future-of-resource-taxation>.

República de Moçambique (2014). “Lei 27/2014.” Boletim da República. Série - Número 76. Acedido em 26 de Setembro de 2023 em <https://www.inp.gov.mz/pt/Politicar-Regime-Legal/Legislacao/Lei-n1-27-2014-Estabelece-o-Regime-Especifico-de-Tributacao-e-Beneficios-Fiscais-das-Operacoes-Petroliferas>.

Reserva Federal de Nova Iorque (2023). “Média SOFR e dados do índice, média de 180 dias”. Acedido em 10 de Setembro de 2023 em <https://www.newyorkfed.org/markets/reference-rates/sofr-averages-and-index>.

TotalEnergies (2023). “Sobre o projecto”. Acedido em 20 de Setembro de 2023 em <https://mzlng.totalenergies.co.mz/en/about-mozambique-liquefied-natural-gas-project>.

Zitamar News (2023). “TotalEnergies procura reiniciar o GNL de Moçambique antes do final do ano”. Publicado em 27 de Setembro de 2023. Acedido em 28 de Setembro de 2023 em <https://www.zitamar.com/totalenergies-restart-mozambique-lng-year-end/>.



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



Schweizerische Eidgenossenschaft
Confédération suisse
Confederazione Svizzera
Confederaziun svizra

Embaixada da Suíça em Moçambique



Norwegian Embassy



Suécia
Sverige



Reino dos Países Baixos

